

Audin
AUDITORIA
INTERNA



UFJ
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE JATAÍ

**PAINT 2025 - SERVIÇO DE AVALIAÇÃO
ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NOS CURSOS
DE GRADUAÇÃO
RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 02/2025**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ AUDITORIA INTERNA

Rodovia BR 364, Km 192, nº 3800, CEP 75801-615, Jataí/GO
Campus Jatobá, Cidade Universitária, Prédio da Reitoria
(64) 3606-8350 | auditoria.interna@ufj.edu.br | <https://ufj.edu.br/auditoria-interna/>

Universidade Federal de Jataí Auditoria Interna

Unidade Auditada	Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae), Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (Proece) e Centro de Gestão Acadêmica (CGA)
Objeto da Auditoria	Acesso e permanência dos alunos nos cursos de graduação
Origem da Demanda	Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) 2025
Período Previsto	27/06/2025 a 19/12/2025
Período de Realização dos Trabalhos	27/06/2025 a 15/12/2025
Natureza da Avaliação	Conformidade e operacional
Equipe Responsável pelos Trabalhos	Gabriella Braga Melo (Auditora-Chefe)
Processo SEI	23854.010081/2025-77

Missão da Unidade de Auditoria Interna

Auxiliar a promoção do aperfeiçoamento e da transparência da gestão da UFJ, bem como aumentar e proteger o valor organizacional por meio do fortalecimento dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos.

Serviço de Avaliação

O trabalho de avaliação, como parte da atividade de auditoria interna, consiste na obtenção e na análise de evidências com o objetivo de fornecer opiniões ou conclusões independentes sobre um objeto de auditoria, para verificar se o objeto de auditoria selecionado obedece às condições, às regras e aos regulamentos a ele aplicáveis.

Objetiva também avaliar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos relativos ao objeto e à Unidade Auditada, e contribuir para o seu aprimoramento. Eventualmente, caso necessário, a Unidade de Auditoria Interna pode realizar recomendações que são apresentadas ao gestor responsável pela tomada de decisão no caso concreto.

Serviço Prestado no Presente Trabalho

Avaliação do acesso e permanência dos alunos nos cursos de graduação, com vistas a identificar oportunidades de melhoria.

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA AUDITORIA INTERNA?

A Auditoria Interna realizou serviço de avaliação do acesso e permanência dos alunos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Jataí.

A ação teve por objetivo avaliar as iniciativas institucionais relativas à evasão, à retenção, à oferta de vagas e à gestão da assistência estudantil, com foco no exame de políticas, processos e instrumentos de apoio à trajetória dos estudantes, nas medidas de combate à evasão e à retenção, nas ações de democratização do acesso à graduação e na gestão de vagas remanescentes.

Os objetivos específicos do presente trabalho são representados pelas seguintes questões de auditoria:

Questão 1: As ações institucionais da UFJ têm contribuído para prevenir e reduzir as taxas de evasão e retenção na graduação, fortalecendo o sucesso acadêmico dos estudantes?

Questão 2: De que modo a UFJ tem promovido a expansão e democratização do ingresso na graduação?

Questão 3: As práticas de governança e gestão das ações de assistência estudantil contribuem para a efetividade, eficiência, eficácia e equidade no cumprimento dos objetivos da PNAES?

POR QUE A AUDITORIA INTERNA REALIZOU ESSE TRABALHO?

A Auditoria Interna realizou este trabalho em razão de sua relevância social e de sua importância estratégica para o cumprimento da missão institucional da Universidade. O expressivo aumento do acesso às Instituições Federais de Ensino Superior nos últimos anos intensificou a demanda pelo aprimoramento das ações de permanência estudantil, pela otimização da oferta de vagas e pelo fortalecimento de políticas de democratização do ingresso na graduação.

Dessa forma, a auditoria buscou avaliar os processos e ações voltados à oferta de vagas e à permanência dos estudantes, com vistas a contribuir para o cumprimento da missão institucional.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA AUDITORIA INTERNA? QUAIS FORAM AS RECOMENDAÇÕES EMITIDAS?

A avaliação concluiu que a Universidade Federal de Jataí tem empreendido esforços relevantes para o amadurecimento das políticas e práticas de assistência estudantil, para a prevenção e o enfrentamento da evasão e da retenção, bem como para ampliar o ingresso e democratizar o acesso ao ensino superior.

Observou-se, entretanto, a existência de fragilidades e oportunidades de melhoria em aspectos de governança e gerenciais, como na transparência ativa e na divulgação de informações de interesse estudantil; na ausência de diretrizes formais sobre vagas remanescentes; na utilização de critérios complementares para a seleção dos beneficiários da assistência estudantil; no acompanhamento e avaliação de desempenho e de resultado das ações; na gestão de riscos e controles internos relacionados à execução da PNAES e da política interna de assistência estudantil.

Essas lacunas podem limitar a efetividade das ações de permanência estudantil e de gestão do acesso à graduação, e sugerem medidas voltadas à organização e divulgação da informação, ao fortalecimento da governança e da gestão institucional.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. RESULTADOS DA PESQUISA COM OS ALUNOS ATIVOS E EX-ALUNOS.....	8
3. RESULTADOS DOS EXAMES.....	25
3.1. Oportunidades de melhoria da transparência ativa de informações da assistência estudantil e de informações da vida acadêmica.....	25
3.2. Oportunidade para ampliar os critérios de reserva de vagas (cotas) nos processos seletivos da UFJ.....	28
3.3. Carência de diretrizes internas que regulamentem a oferta de vagas remanescentes..	29
3.4. Ações relevantes de monitoramento da retenção e oportunidade de melhoria do levantamento, análise e compartilhamento de informações sobre as causas da evasão.....	31
3.5. Existência de acompanhamento e avaliação das ações de recepção com oportunidades de fortalecimento.....	34
3.6. Oportunidade de revisão das diretrizes internas sobre a elaboração dos PPCs.....	36
3.7. Oportunidades de melhoria na medição de resultados e avaliação sistêmica das ações assistenciais.....	37
3.8. Oportunidade de ampliação e fortalecimento do gerenciamento de riscos relacionados aos objetivos da PNAES.....	40
3.9. Fragilidades dos controles para identificar a manutenção dos requisitos dos beneficiários do PNAES e da transparência ativa sobre a execução da PNAES.....	42
3.10. Oportunidade de exploração de requisitos suplementares para a seleção de beneficiários.....	44
3.11. Práticas de gestão e governança do Programa de Monitoria com aspectos positivos e com oportunidades de fortalecimento.....	47
4. RECOMENDAÇÕES.....	49
5. CONCLUSÃO.....	53
ANEXO I - MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE AUDITADA E ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA.....	55

1. INTRODUÇÃO

A ação de auditoria realizada pela Auditoria Interna teve como objeto o acesso e a permanência dos alunos nos cursos de graduação, consoante previsto no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) referente ao exercício de 2025.

A esse respeito, reconhece-se que as universidades federais, na condição de instituições públicas de ensino superior, têm papel estratégico no desenvolvimento da sociedade.

No processo de expansão, interiorização e reestruturação do ensino superior, ocorrido nos últimos anos, houve maior democratização do acesso discente aos cursos de graduação das universidades federais. As supernovas universidades federais têm promovido a interiorização do ensino, garantindo o ingresso à educação superior para muitos estudantes que, de outra forma, poderiam enfrentar dificuldades para ingressar em uma universidade pública.

Esse movimento gerou uma demanda crescente por ações voltadas à ampliação, consolidação e fortalecimento das políticas institucionais de permanência estudantil, da oferta de vagas e da gestão acadêmica, de modo a garantir não apenas o ingresso, mas também a trajetória sustentável e a conclusão dos cursos com qualidade e equidade.

A evasão, a retenção e a gestão ineficiente da oferta de vagas configuram obstáculos relevantes à efetivação do direito à educação superior de qualidade e ao pleno desenvolvimento dos indivíduos. Assim, esses fatores podem impactar negativamente o desempenho das universidades no cumprimento de sua missão institucional.

A educação, por se tratar de um direito social reconhecido constitucionalmente, impõe ao Estado o dever de garanti-la de forma efetiva. Essa obrigação se materializa, entre outros aspectos, na promoção do acesso e da permanência dos estudantes nas instituições educacionais, bem como na formulação de políticas de assistência estudantil que assegurem condições adequadas para a trajetória acadêmica.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, estabelecem a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” como um dos princípios que fundamentam o ensino.

Em conformidade com esse marco constitucional e legal, a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída pela Lei nº 14.914/2024, possui a finalidade de ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e de conclusão dos respectivos cursos. De acordo com a norma, a PNAES deve ser implementada de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições federais de ensino superior.

Nessa perspectiva, a relevância do assunto também está conectada com os objetivos estratégicos definidos pela UFJ. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2023-2027) apresenta objetivos estratégicos associados aos macroprocessos gerenciais, finalísticos e de suporte que demonstram a preocupação e a priorização do tema objeto da presente ação. A presença desse tema no planejamento institucional pode ser visualizada nos objetivos estratégicos: “G-4 Promover a igualdade de gênero, diversidade e inclusão na comunidade acadêmica”, “F-2 Ampliar a ocupação e elevar o número de alunos concluintes da graduação” e “S-1 Promover e fortalecer as ações de permanência, de assistência e de qualidade de vida estudantil”.

Ademais, a segunda edição da Lista de Alto Risco (LAR) da Administração Pública Federal, elaborada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), classificou o tema “Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino” como uma área crítica da administração pública, a qual apresenta riscos expressivos, que podem comprometer a eficácia da política pública de assistência estudantil.

Adicionalmente, ressalta-se que o objeto de auditoria “acesso e permanência dos alunos nos cursos de graduação”, foi incluído no PAINT de 2025 considerando também a existência de risco avaliado em nível 80, “extremo”, constante na ferramenta “Canvas e Matriz de Riscos da Graduação das Redes Federais de Ensino”, disponibilizada pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Além disso, quanto ao acesso na graduação, destaca-se que, segundo os resultados do Censo da Educação Superior 2024 (INEP, 2025), na rede federal de ensino, 23,5% das vagas novas não são preenchidas. Já as vagas remanescentes têm taxas de ocupação bem inferiores em relação às vagas novas, destacando-se que apenas 19% das mais de 177 mil vagas remanescentes da rede federal foram ocupadas.

Nesse contexto, assegurar o ingresso, a permanência e a conclusão dos alunos nos cursos de graduação é essencial para o cumprimento da missão institucional da UFJ. A preocupação central é fortalecer não somente o acesso, mas também a trajetória sustentável dos alunos no ensino superior, assegurando os recursos necessários para que concluam seus cursos.

A escolha do objeto fundamentou-se em sua relevância, diante da preocupação, tanto interna quanto externa, com os índices de ocupação de vagas, retenção, evasão e conclusão da graduação.

Dessa forma, o objetivo desta ação é avaliar as ações internas da UFJ relacionadas à evasão, à retenção, à oferta de vagas e à gestão da política de assistência estudantil, entendidas como instrumentos para ampliar o acesso e favorecer a permanência e a conclusão dos cursos de graduação, em alinhamento à missão institucional. Ao contribuir para o aperfeiçoamento dessas ações, a auditoria busca fortalecer a governança e a gestão e apoiar a instituição no cumprimento de sua função pública de promover uma educação superior democrática, inclusiva e de qualidade.

Embora o tema seja complexo e transversal, envolvendo diversas unidades administrativas, acadêmicas e coordenações de curso da Universidade Federal de Jataí (UFJ), a presente auditoria concentrou-se nas seguintes unidades: Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae), Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (Proece) e Centro de Gestão Acadêmica (CGA), por desempenharem papel central na formulação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas e processos relacionados ao acesso, permanência e conclusão dos alunos nos cursos de graduação.

Em relação à gestão da oferta e ocupação de vagas nos cursos de graduação, não faz parte do escopo deste trabalho a análise do acesso geral e da ociosidade das vagas nos cursos de graduação, tendo em vista que, no mesmo período de realização deste trabalho, existe auditoria do TCU (processo TC 007.241/2024-0) em curso sobre esse assunto. Para evitar sobreposição de esforços, a presente ação examinou questões relacionadas às políticas de democratização do acesso ao ensino superior, bem como à oferta de vagas remanescentes.

Do mesmo modo, cabe esclarecer que não fez parte do escopo deste trabalho a avaliação individual dos benefícios estudantis concedidos a alunos, a apuração de eventuais concessões indevidas de benefícios, a verificação, caso a caso, da veracidade das informações prestadas pelos alunos e o exame da regularidade financeira ou contábil específica de programas de assistência que demandem procedimentos específicos e concentrados.

A presente ação, portanto, concentrou-se predominantemente na avaliação institucional das políticas, ações, processos e instrumentos de assistência estudantil e de apoio à trajetória dos estudantes, de combate à evasão e retenção, das ações de democratização do acesso na graduação (observadas as ressalvas supracitadas), assim como da oferta de vagas remanescentes.

A avaliação teve foco nos exercícios de 2024 e 2025, no entanto, para parte das análises realizadas, foram utilizadas informações de exercícios anteriores.

Considerando os aspectos relacionados ao objeto de auditoria e com base nos riscos levantados na fase de planejamento, após a definição dos objetivos propostos, foram elaboradas as seguintes questões norteadoras do trabalho de avaliação:

- Questão 1: As ações institucionais da UFJ têm contribuído para prevenir e reduzir as taxas de evasão e retenção na graduação, fortalecendo o sucesso acadêmico dos estudantes?
- Questão 2: De que modo a UFJ tem promovido a expansão e democratização do ingresso na graduação?
- Questão 3: As práticas de governança e gestão das ações de assistência estudantil contribuem para a efetividade, eficiência, eficácia e equidade no cumprimento dos objetivos da PNAES?

A sistemática adotada para a execução do trabalho contou com a realização de análise documental, indagação escrita, por meio da aplicação de questionários à gestão, aos alunos e aos ex-alunos da UFJ, bem como com o *Benchmarking*, com o objetivo de identificar boas práticas.

Como limitação ao presente trabalho, cita-se a própria estrutura da Unidade de Auditoria Interna, que é composta apenas por uma servidora. Nesse sentido, a estrutura da unidade inviabiliza a segregação de funções quanto aos papéis e responsabilidades de execução e supervisão dos trabalhos de auditoria.

Os exames de auditoria também foram impactados negativamente pela baixa participação dos alunos e ex-alunos nas pesquisas realizadas por meio da aplicação de questionários.

Além disso, a inexistência e/ou a fragilidade de dados institucionais, assim como as fragilidades dos sistemas de gestão acadêmica e informacionais utilizados pela instituição, conforme visualizado durante a execução dos trabalhos, limitam a qualidade e suficiência das informações prestadas pela gestão e das informações levantadas diretamente pela equipe, impactando diretamente no resultado dos trabalhos.

Inicialmente, serão apresentados os resultados da pesquisa com os alunos ativos e ex-alunos da UFJ, os quais não foram utilizados como evidências autônomas para as conclusões de auditoria, em razão da reduzida participação do público-alvo. Não obstante, os dados foram analisados e auxiliaram os demais exames realizados.

Após, os resultados dos exames serão expostos, isto é, os achados de auditoria. Os achados de auditoria constituem o resultado da comparação entre o critério (o que deveria ser) e a condição (o que é). Podem, portanto, indicar conformidade ou desconformidade em relação ao critério.

Assim, apresentam-se os resultados da avaliação realizada.

2. RESULTADOS DA PESQUISA COM OS ALUNOS ATIVOS E EX-ALUNOS

Tendo em vista que a permanência estudantil é um assunto que está diretamente relacionado aos alunos, foi realizada pesquisa sobre a percepção dos discentes sobre fatores que influenciam a permanência nos cursos de graduação, bem como para identificar pontos fortes e oportunidades de melhoria. Paralelamente, conduziu-se pesquisa com ex-alunos evadidos com o objetivo de levantar informações sobre suas trajetórias na instituição e os motivos que os levaram a interromper os estudos.

Compreender as necessidades e expectativas das partes interessadas é essencial para oferecer, de forma consistente, produtos e serviços que as atendam e para aumentar a satisfação dos usuários. Fortalecer os canais de comunicação e os mecanismos de *feedback*¹, tanto com estudantes quanto com ex-alunos, é fundamental para aprimorar processos, ações e políticas voltados à promoção da permanência e ao enfrentamento da evasão.

A pesquisa foi realizada mediante questionários disponibilizados por meio do Formulários Google. Foram aplicados dois questionários distintos: um dirigido aos alunos regularmente matriculados, enviado por e-mail institucional a todo o corpo discente; e outro direcionado aos ex-alunos, encaminhado via WhatsApp aos estudantes classificados como evadidos em 2025, quando havia número de telefone registrado na base de dados institucional. Ressalta-se que o envio por WhatsApp aos ex-alunos

¹ Comunicação de retorno sobre o desempenho ou a ação, usada para fornecer uma avaliação sobre o comportamento, o trabalho ou um resultado. É uma ferramenta essencial para o desenvolvimento institucional, pois ajuda a identificar pontos fortes e fracos, corrigir falhas e valorizar boas práticas, servindo como um "espelho" para o aprimoramento constante.

ficou restrito aos contatos disponíveis na base, o que limitou a cobertura dessa amostra.

Ressalva-se que apenas 122 alunos e 46 ex-alunos responderam aos questionários. Apesar de não ser possível generalizar os resultados para toda a população, considerando a reduzida participação na pesquisa, os dados obtidos são materiais valiosos para complementar as análises realizadas neste trabalho, assim como para fomentar futuras investigações e análises sobre os fatores que influenciam a permanência nos cursos de graduação da UFJ.

Ademais, alguns ex-alunos participantes manifestaram agradecimento pela oportunidade de serem ouvidos e por poderem contribuir para o aprimoramento da universidade. Reconhece-se que o contato com ex-alunos pode ser limitado pelas dificuldades de localização. Ainda assim, fortalecer canais de comunicação com aqueles que, por diferentes motivos, não concluíram seus cursos revela-se um instrumento valioso para identificar pontos fortes e oportunidades de melhoria institucional.

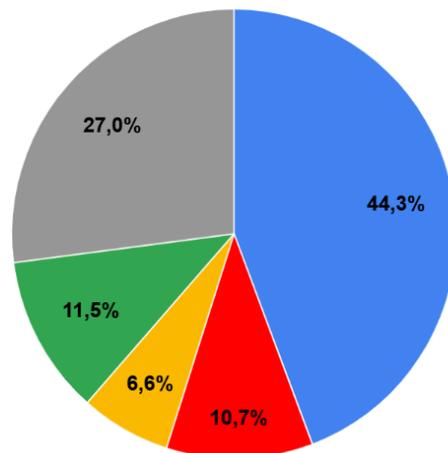
A seguir, são apresentados, primeiramente, os resultados da pesquisa com alunos ativos e, em seguida, os resultados referentes aos ex-alunos da UFJ.

O Gráfico 1 demonstra a percepção dos discentes quanto ao conhecimento prévio (anterior ao ingresso na universidade) sobre o curso, as oportunidades acadêmicas, os programas de assistência estudantil e os serviços oferecidos.

Gráfico 1 – Conhecimento prévio sobre o curso, as oportunidades acadêmicas, os programas de assistência estudantil e os serviços oferecidos.

Antes de ingressar na universidade, você tinha conhecimento sobre informações do curso escolhido e sobre as oportunidades e serviços disponíveis, como bolsas, auxílios, programas de assistência estudantil, e ações de ensino, pesquisa e extensão?

- Sim, mas de forma superficial. Eu tinha apenas noções gerais, sem conhecer detalhes
- Sim, tinha conhecimento detalhado. Eu já conhecia bem as informações sobre o curso e sobre os serviços e oportunidades oferecidos
- Não, mas procurei me informar antes de ingressar. Eu não sabia inicialmente, mas busquei informações por conta própria
- Não, e até hoje tenho dúvidas. Ainda não conheço bem essas informações
- Não, fiquei sabendo apenas depois de ingressar. Eu só tive acesso a essas informações após começar o curso



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

Observa-se que 44,3% relataram apenas conhecimento superficial sobre o curso e os serviços antes do ingresso. Nota-se que 11,5% declararam que possuem dúvidas até hoje e que não conhecem bem as informações. Dos respondentes, 27% declararam que não conheciam as informações e apenas tomaram conhecimento após iniciar o curso. Apenas 10,7% declararam ter conhecimento detalhado prévio, e um reduzido grupo (6,6%) buscou ativamente essas informações antes de matricular-se.

Embora a porcentagem de alunos que ainda relatam dúvidas e desconhecimento dessas informações não seja expressiva, trata-se de um fator de risco que merece destaque. Quais seriam as razões para que tais informações permanecessem pouco conhecidas mesmo após o ingresso?

A baixa difusão de informações pode contribuir para subutilização de bolsas, auxílios e programas de apoio, reduzindo

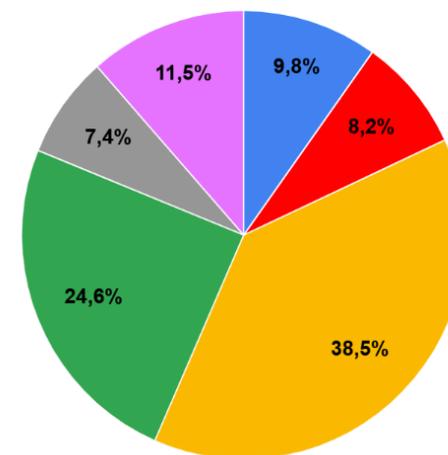
seu potencial impacto na permanência estudantil. Além disso, ingressantes com informação limitada podem estranhar a vida universitária, dificultando adaptação e aumentando risco de evasão. Dessa forma, fortalecer a comunicação sobre os assuntos da vida estudantil é importante para aumentar a eficácia e efetividade das ações institucionais.

O Gráfico 2 demonstra a percepção dos discentes quanto ao recebimento, após o ingresso na instituição, de material informativo com orientações sobre procedimentos acadêmicos, regulamentos, serviços e aspectos da vida universitária.

Gráfico 2 – Recebimento de material informativo após o ingresso.

Ao ingressar na UFJ, você recebeu algum guia, manual ou material informativo (impresso ou digital) com orientações sobre procedimentos acadêmicos, regulamentos, serviços e aspectos da vida universitária?

- Sim, recebi o Guia do Calouro da UFJ ou outro material informativo, mas não considero que foi útil
- Não recebi o material informativo, ou não me lembro de tê-lo recebido, mas tenho conhecimento de sua existência e do seu conteúdo
- Sim, recebi o Guia do Calouro da UFJ ou outro material informativo e considero que foi útil
- Não recebi, mas tive acesso a informações por outros meios. Conversei com colegas, professores ou consultei sites e redes sociais.
- Sim, recebi, mas não li. Não cheguei a utilizar o material como fonte de informação
- Não recebi o material informativo ou não me lembro de tê-lo recebido, e não tenho conhecimento de sua existência e do seu conteúdo



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

Cerca de 38,5% dos respondentes afirmam ter recebido material informativo ao ingressar e consideram que foi útil. Porém, somando aqueles que não receberam ou não se lembram, mas têm

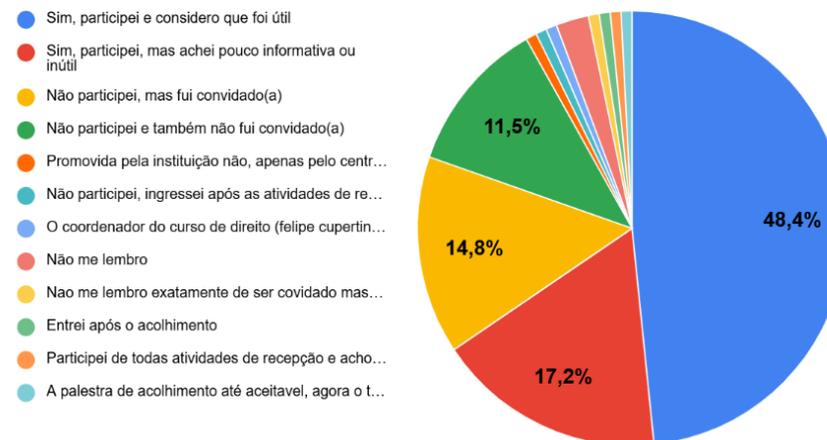
conhecimento sobre o material (8,2%), aqueles que não receberam ou não se recordam, e não têm conhecimento sobre o material (11,5%), os que receberam mas julgaram o material pouco útil (9,8%) e os que o receberam mas não o utilizaram (7,4%), observa-se que 36,9% da amostra não se beneficiaram plenamente do material de boas-vindas (por não tê-lo recebido, por não considerá-lo útil ou por não consultá-lo). Além disso, 24,6% utilizaram outros meios informais ou alternativos para obter, ativamente, informações iniciais.

O material informativo pode exercer papel relevante na adaptação inicial, mas sua efetividade depende tanto da garantia de entrega universal quanto da atualização, completude e atratividade do conteúdo.

O Gráfico 3 demonstra a percepção dos discentes quanto à participação em atividade oficial de recepção e acolhimento ocorridas no ingresso.

Gráfico 3 – Participação em atividade oficial de recepção/acolhimento ocorridas no ingresso.

Ao ingressar na UFJ, você participou de alguma atividade oficial de recepção ou acolhimento promovida pela instituição? (como palestra, reunião, semana de integração, visita guiada etc.)



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

Quase metade dos respondentes (48,4%) participou de atividades oficiais de recepção e avaliou-as como úteis, o que indica a importância desse momento para os ingressantes. Somando-se aos que participaram, mas julgaram a atividade pouco informativa ou inútil (17,2%), chega-se a 65,6% de participação efetiva em atividades de recepção.

Entretanto, 26,3% (soma de “não participei, mas fui convidado(a)” e “não participei e também não fui convidado(a)”) não participaram das ações de acolhimento, o que indica possíveis lacunas de cobertura ou de adesão.

Além disso, comentários livres apontam que parte das ações foram realizadas por centros acadêmicos e atléticas ou pela coordenação do curso. Os comentários livres também apontam que alguns participantes da pesquisa não participaram de ações de

acolhimento pois teriam ocorrido em momentos anteriores ao ingresso.

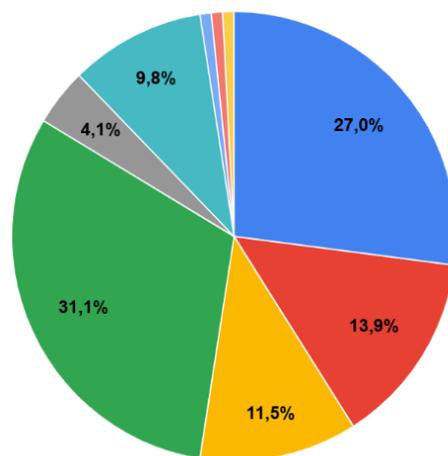
A presença de respostas que qualificam o acolhimento como pouco informativo indica necessidade de avaliar conteúdo, formato, alcance e objetivos das atividades, bem como a necessidade de coletar as necessidades dos alunos nesse momento, o que eles sentiram falta e o que pode ser melhorado na recepção.

O Gráfico 4 demonstra a percepção dos discentes quanto à avaliação das ações de acolhimento e integração na UFJ.

Gráfico 4 – Avaliação das ações de acolhimento e integração.

Como você avalia as ações de acolhimento e integração estudantil na promoção da inclusão e da permanência dos(as) alunos(as) na UFJ?

- Boas. Atendem de forma satisfatória, com pequenos pontos de melhoria em divulgação, a...
- Muito boas. Bem planejadas, inclusivas, bem divulgadas e efetivas para integração e perman...
- Não sei / Não participei. Não tenho elementos para avaliar
- Regulares. Têm aspectos positivos, mas também falhas que dificultam a integração ou o acesso...
- Muito ruins. Ineficazes ou inexistentes, sem impacto significativo no acolhimento ou na per...
- Ruins. Pouco efetivas, com divulgação insuficiente, organização precária ou baixo imp...
- Participei de todas e não as achei úteis. No pri...
- Regular. Creio que a universidade não vá atrás...
- Regular, mas pouco divulgada.



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

Apesar de haver uma parcela relevante que classifica as ações como boas ou muito boas (40,9%), há uma fatia expressiva (31,1%) que as considera regulares, com aspectos positivos, mas também falhas que dificultam a integração ou o acesso pleno às ações, e um

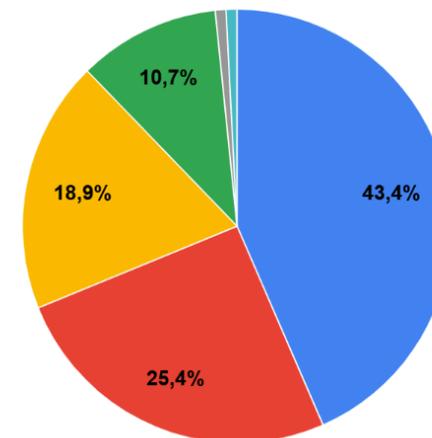
subconjunto (13,9%) com avaliação negativa (ruins/muito ruins). Soma-se ainda um contingente de respondentes que não participou ou não tem elementos para avaliar (11,5%), o que pode indicar lacunas de cobertura ou adesão.

O Gráfico 5 apresenta a percepção dos discentes quanto à divulgação de procedimentos acadêmicos e informações sobre a vida acadêmica.

Gráfico 5 – Divulgação de procedimentos acadêmicos e informações sobre a vida acadêmica.

Como você avalia a forma como a UFJ divulga, ao longo da graduação, informações sobre procedimentos acadêmicos (como matrícula, trancamento, prazos para conclusão do curso, cancelamento e acréscimo de disciplinas, segunda chamada e revisão de avaliações, liberação de pré ou correquisito) e sobre oportunidades e assuntos relacionados à vida acadêmica?

- Boa. As informações são divulgadas adequadamente, mas poderiam ser mais claras, detalhadas ou organizadas
- Muito boa. As informações são divulgadas de forma clara, completa, no tempo adequado e por canais de fácil acesso
- Regular. As informações chegam com atrasos ou falta de clareza, exigindo esforço extra para compreender
- Ruim. As informações são incompletas, confusas ou divulgadas tardiamente, dificultando o acompanhamento
- As informações são boas e em locais bons, mas seria melhor usar mais o canal do whatsapp, pois...
- Algumas informações como bolsas, poderiam ser mandadas por email e não somente pelo Instagram...



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

A maior parte dos respondentes (68,8%) avalia a divulgação das informações sobre a vida acadêmica como boa ou muito boa, porém há uma parcela relevante que a considera regular (28,9%) e uma parcela com avaliação negativa (10,7%). Esses indicadores apontam uma percepção majoritariamente favorável, mas com

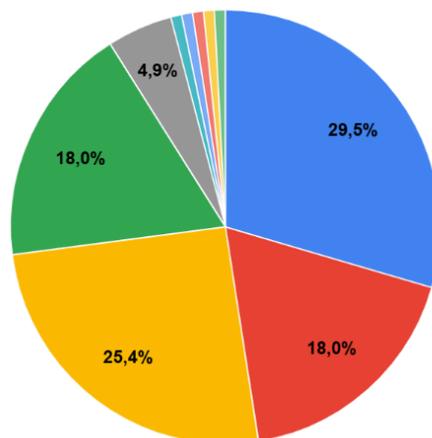
possíveis fragilidades quanto à uniformidade, clareza, tempestividade e aos canais utilizados para as comunicações.

O Gráfico 6 demonstra a percepção dos alunos quanto à divulgação e acesso às informações sobre auxílios e serviços fornecidos pela Prae.

Gráfico 6 – Divulgação e acesso às informações sobre auxílios e serviços fornecidos pela Prae.

Como você avalia a divulgação e o acesso às informações sobre os auxílios e serviços oferecidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (como auxílio transporte, bolsa moradia, bolsa incentivo pedagógico, bolsa acolhida, auxílio para participação de eventos, auxílio eventual, auxílio saúde, etc.)?

- Boa. As informações são divulgadas adequadamente, mas poderiam ser mais detalha...
- Muito boa. As informações são amplamente divulgadas, claras, completas e de fácil acesso
- Regular. As informações são pouco claras, incompletas ou divulgadas tardiamente, exigindo...
- Ruim. As informações são escassas, confusas ou difíceis de encontrar
- Não sei avaliar. Nunca procurei ou utilizei essas i...
- Ruins. Pois acho falho a forma de como faz a sel...
- Não me aplico
- Acredito que deveria ser divulgadas com certa de...
- Auxílio e bolsas poderiam também serem divulga...
- Eu sendo baixa renda não ganhei nenhum tipo de...



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

Embora 47,5% dos participantes classifiquem a divulgação e o acesso às informações como muito boa ou boa, uma parcela relevante (43,4%, soma de “regular” e “ruim”) apresenta avaliação menos satisfatória. A presença de respondentes que não souberam avaliar é pequena, porém o equilíbrio entre avaliações positivas e críticas aponta para possíveis fragilidades quanto a aspectos de

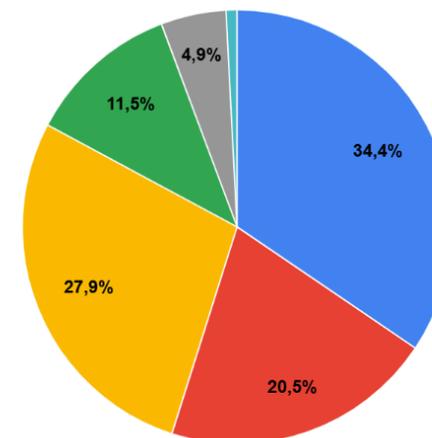
alcance, clareza e operabilidade dos canais e materiais de comunicação.

O Gráfico 7 demonstra a percepção dos discentes quanto à clareza e acessibilidade das informações sobre as formas de ingresso em iniciativas acadêmicas.

Gráfico 7 – Percepção dos discentes quanto às formas de ingresso em iniciativas acadêmicas.

Como você avalia a clareza e a acessibilidade das informações disponibilizadas pela UFJ sobre formas de ingresso em iniciativas acadêmicas (como iniciação científica, projetos de extensão, programa de educação tutorial – PET, monitorias, mobilidade acadêmica, estágios e outras oportunidades durante a graduação)?

- Boa. Há divulgação eficiente, mas poderiam ser mais detalhadas ou agilmente acessadas
- Ruim. As informações são escassas, pouco acessíveis ou difíceis de compreender
- Regular. As informações existem, mas são pouco claras ou exigem esforço extra para encontrá-las
- Excelente. As informações são claras, acessíveis, completas e facilmente encontráveis
- Não sei avaliar. Não busquei ou não utilizei essas informações
- Considero confuso. É muita informação passada na primeira semana e me senti completamente perdida sobre o que deveria fazer ou não.

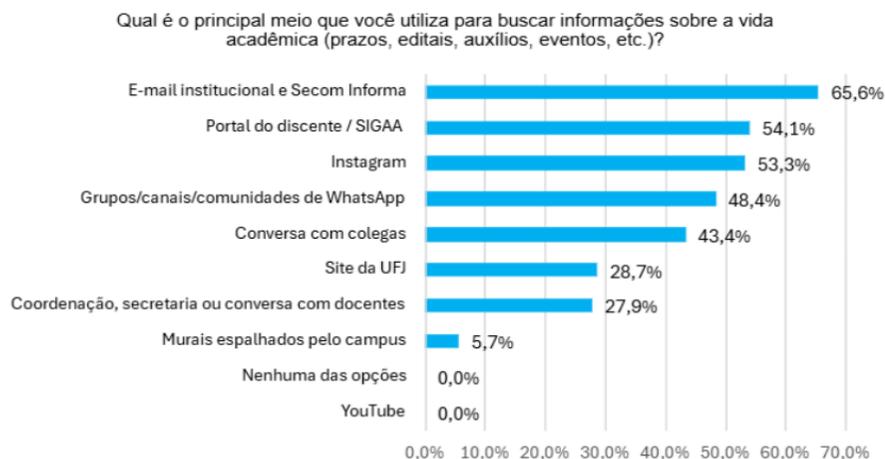


Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

Cerca de (45,9%, soma de “boa” e “excelente”) avalia positivamente a clareza e acessibilidade das informações, enquanto (48,4%, soma de “regular” e “ruim”) considera regulares ou ruins. Isso revela possível fragilidade institucional na centralização, clareza e acessibilidade da comunicação, o que pode limitar a participação discente em programas estratégicos de formação.

O Gráfico 8 representa os principais meios de comunicação utilizados pelos estudantes que participaram da pesquisa para obter informações sobre a vida acadêmica.

Gráfico 8 – Principais meios de comunicação utilizados pelos estudantes para obter informações sobre a vida acadêmica.



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

Embora o Instagram seja um canal oficial e popular entre estudantes, a divulgação isolada nessa plataforma pode excluir quem não a utiliza ou enfrenta barreiras de inclusão digital. A divulgação por aplicativos é importante, mas não deve ser utilizada em substituição aos canais institucionais de informação que não estão hospedados em aplicativos.

Observa-se que as ‘conversas com colegas’ figuram entre os principais canais usados pelos participantes para obtenção de

informações, superando inclusive o site institucional da UFJ. Embora a troca entre pares seja esperada e relevante, a dependência desse meio informal pode comprometer a precisão e a tempestividade das informações.

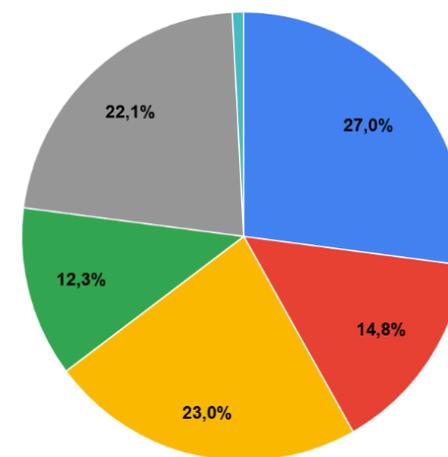
Ademais, considera-se importante investigar sobre as razões do reduzido uso do site da UFJ como fonte de informação: trata-se de falta de interesse dos estudantes ou de problemas de clareza e acessibilidade do próprio portal?

O Gráfico 9 demonstra a percepção dos alunos quanto aos procedimentos da UFJ para solicitar bolsas, serviços e auxílios assistenciais.

Gráfico 9 – Percepção dos alunos quanto aos procedimentos para solicitar bolsas, serviços e auxílios assistenciais.

Como você avalia os procedimentos da UFJ para solicitar bolsas, serviços e auxílios assistenciais (incluindo a clareza dos editais e a execução dos procedimentos em sistemas)?

- Bons. Em geral funcionam bem, com pequenos problemas (como prazos, usabilidade do sistema, comunicação, acessibilidade, etc.)
- Não sei, nunca tentei solicitar
- São razoáveis, existem dificuldades relevantes. Poderiam ser mais claros, com acesso facilitado e com maior suporte aos interessados
- Muito bons. São simples, bem explicados, de fácil acesso e compreensão e suporte efetivo ao público interessado
- São burocráticos, difíceis de entender e com suporte é insuficiente aos interessados
- Senti que houve uma negligência para com os discentes que ingressaram por meio das vagas restantes, ao contrário de quem ingressou pelo SISU



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

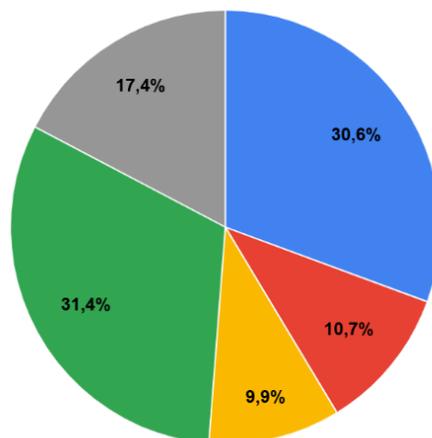
Cerca de 39,3% dos participantes avaliaram positivamente os procedimentos da UFJ para solicitar bolsas, serviços e auxílios assistenciais (“bons” e “muito bons”). Apesar disso, 45,1% dos participantes consideram esses procedimentos razoáveis ou burocráticos, o que aponta para a possível existência de barreiras que podem impactar diretamente a efetividade da política estudantil. Esse cenário sugere o risco de que os estudantes tenham dificuldades para acessar as ações de assistência estudantil, o que pode prejudicar a permanência.

O Gráfico 10 representa a percepção dos discentes quanto aos procedimentos da UFJ para participação em programas de ensino, pesquisa e extensão na graduação.

Gráfico 10 – Percepção dos discentes quanto aos procedimentos para participação em programas de ensino, pesquisa e extensão na graduação.

Como você avalia os procedimentos da UFJ para participação em programas de ensino, pesquisa e extensão na graduação (incluindo editais e processos seletivos de monitoria, mobilidade acadêmica, projetos de pesquisa, programas de bolsas, residência pedagógica etc.)?

- Bons. Em geral funcionam bem, com pequenos problemas (como prazos, usabilidade do sistema, comunicação, acessibilidade, etc.)
- Não sei, nunca tentei solicitar
- São burocráticos, difíceis de entender e com suporte é insuficiente aos interessados
- São razoáveis, existem dificuldades relevantes. Poderiam ser mais claros, com acesso facilitado e com maior suporte aos interessados
- Muito bons. São simples, bem explicados, de fácil acesso e compreensão e suporte efetivo ao público interessado



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

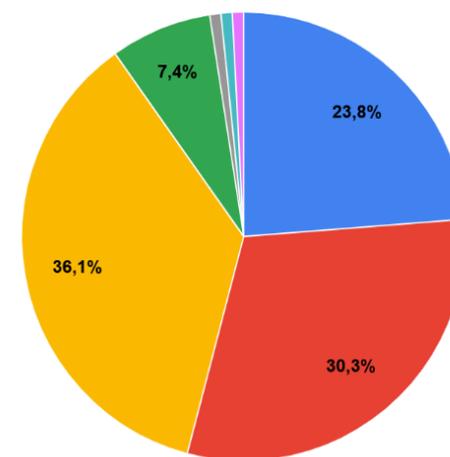
Nota-se que 48% dos participantes avaliaram positivamente os procedimentos da UFJ para participação em programas de ensino, pesquisa e extensão na graduação (“bons” e “muito bons”). Apesar disso, 31,4% dos participantes consideram esses procedimentos razoáveis e 9,9% os consideram burocráticos. Essa percepção indica que, para uma parcela significativa de estudantes, ainda existem barreiras que dificultam ou desestimulam a participação em programas estratégicos para a formação.

O Gráfico 11 representa a percepção dos discentes sobre o impacto da monitoria em seus processos de aprendizado e integração acadêmica.

Gráfico 11 - Impacto da monitoria em seus processos de aprendizado e integração acadêmica.

Como você descreveria o impacto da monitoria no seu processo de aprendizado e integração acadêmica? Escolha uma das opções abaixo que mais se aproxima da sua percepção e assinale o nível de concordância:

- A monitoria ajudou de forma moderada, esclareci algumas dúvidas específicas, mas não senti grande diferença na minha integração acadêmica...
- Não participei de monitorias
- A monitoria fortaleceu meu entendimento das disciplinas, esclarecendo dúvidas persistentes por meio de explicações claras e personalizada...
- A monitoria teve impacto muito limitado, não consegui acompanhar o ritmo do conteúdo e não trouxe maior confiança ou vínculo com colegas...
- O programa de monitoria em si é ótimo, mas não são de todas as matérias que são efetivos ou ajudam.
- A monitoria sim fortaleceu meu entendimento de uma disciplina, esclarecendo dúvidas persistentes...
- Não participei de todas



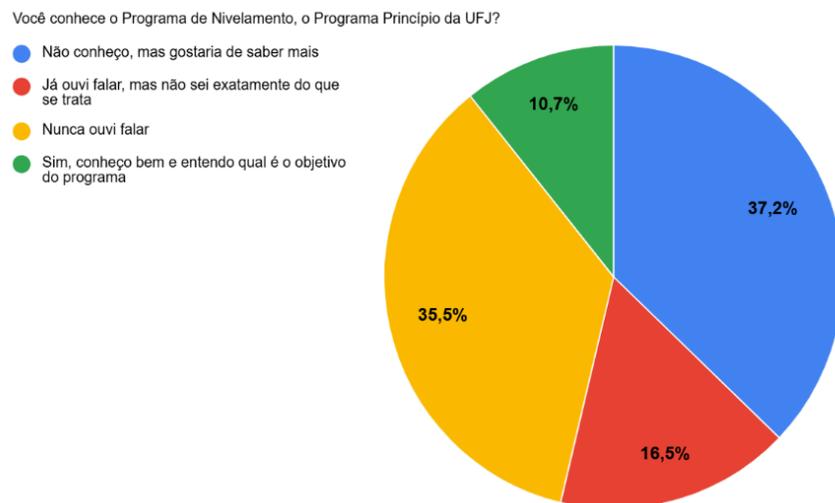
Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

Verifica-se que 36,1% dos participantes relataram uma experiência positiva com a monitoria, reconhecendo que o programa contribuiu significativamente para o fortalecimento do processo de aprendizagem e para a integração acadêmica.

Apesar disso, 23,8% dos participantes apontaram aproveitamento moderado da monitoria, enquanto 7,4% dos participantes avaliaram que a monitoria impactou de forma muito limitada o processo de aprendizagem e integração acadêmica.

O Gráfico 12 apresenta o nível de conhecimento dos discentes sobre o Programa de Nivelamento da UFJ, o Programa Príncipio.

Gráfico 12 – Conhecimento dos discentes sobre o Programa Príncipio.



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

Observa-se que apenas 10,7% dos participantes declararam conhecer bem e entender o objetivo do programa, enquanto 16,5% sabem da existência do programa, mas não sabem exatamente do que se trata. Nota-se que a maioria dos participantes, 72,7% dos participantes, apontaram não conhecer o programa, sendo que 37,2%, apesar de não conhecer, manifestaram que têm interesse em saber mais sobre o que se trata.

Os dados indicam que, para a amostra, a comunicação sobre o programa de nivelamento ainda não atingiu os estudantes de forma satisfatória, o que pode afetar a eficácia e efetividade dessa ação.

O Gráfico 13 demonstra a opinião dos discentes quanto aos fatores determinantes para a evasão e retenção no contexto da UFJ.

Gráfico 13 – fatores determinantes para a evasão e a retenção na percepção dos alunos.



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

Observa-se que o conflito entre a jornada de trabalho e o estudo foi considerado o fator mais determinante para a evasão e retenção no contexto da UFJ (76%). Logo em seguida, as dificuldades financeiras apareceram com 70,2% de resposta dos participantes, o que reforça a importância dos auxílios da assistência estudantil.

Ademais, 67,8% dos participantes apontaram as situações pessoais e emocionais como fatores determinantes. O quarto fator determinante para a evasão e retenção, na opinião dos alunos, é a dificuldade pessoal de adaptação à vida universitária, indicando a necessidade de fortalecer constantemente as ações de recepção, integração e acolhimento.

Os resultados revelam que os principais fatores de evasão e retenção na UFJ, na ótica dos alunos participantes, estão fortemente relacionados tanto a condições externas ao ambiente quanto a aspectos internos à experiência universitária.

A pesquisa com os discentes também incluiu questões abertas, nas quais foram apontadas ações da UFJ consideradas ineficientes ou inexistentes e que, se aperfeiçoadas ou implantadas, poderiam facilitar a permanência e a conclusão tempestiva dos cursos de graduação, além de trazer sugestões de melhorias ou de novos serviços para fortalecer a política estudantil e reduzir os índices de evasão e retenção.

A Figura 1 apresenta, brevemente, a reunião das ideias e sugestões apontadas pelos alunos participantes da pesquisa.

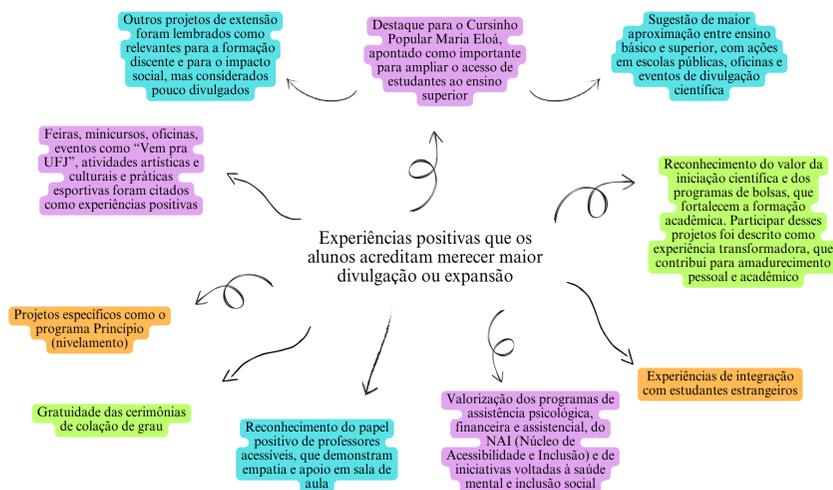
Figura 1 – Sugestões dos alunos para aprimorar a política estudantil e reduzir evasão e retenção.



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

Nas questões abertas, também foram apontadas experiências positivas que os alunos acreditam merecer maior divulgação ou expansão, as quais estão dispostas na Figura 2.

Figura 2 – Experiências positivas na UFJ que os alunos acreditam merecer maior divulgação ou expansão.



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

Na sequência, serão expostos os resultados da pesquisa realizada com ex-alunos da UFJ. Assim, cabe lembrar que os resultados da pesquisa realizada não podem ser generalizados em razão da incapacidade de seus resultados serem extrapolados para a população total estudada.

O Gráfico 14 representa a percepção dos ex-alunos quanto aos fatores que contribuíram para a sua decisão de interromper antecipadamente o vínculo com a UFJ.

Gráfico 14 – Fatores contribuíram para a decisão de interromper antecipadamente o vínculo com a UFJ.



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

Observa-se que, dentre os ex-alunos que participaram da pesquisa, 40,9% apontaram que o conflito entre trabalho e estudo contribuiu para a decisão de interromper os estudos. Adicionalmente, 31,8% dos participantes indicaram que tanto a mudança de interesses ou transferências quanto as dificuldades financeiras contribuíram para a tomada de decisão. Problemas pessoais e emocionais foram assinalados por 22,7% dos participantes. A responsabilidade de cuidado familiar e a escolha precoce e mal fundamentada da profissão/desejo de estar em outra graduação obtiveram 20,5% de registros, enquanto as dificuldades pessoais de adaptação à vida universitária foram apontadas por 18,2% dos participantes.

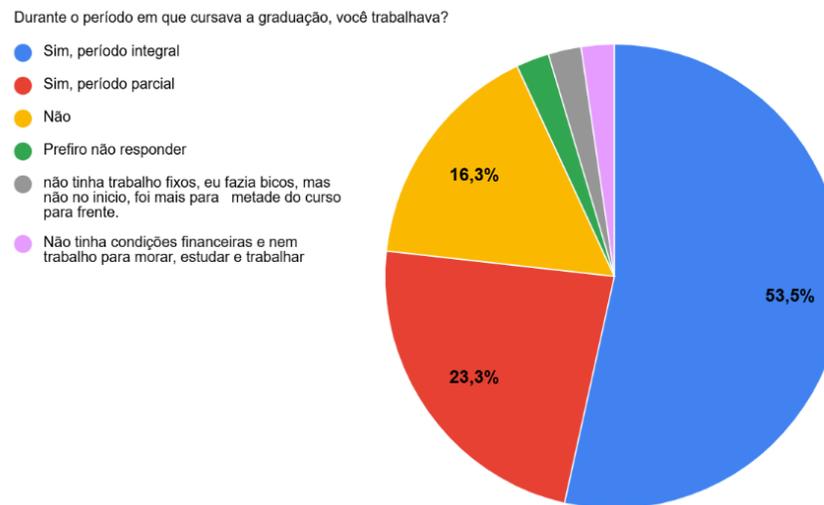
Ao serem questionados, de forma subjetiva, sobre os fatores institucionais mais determinantes para a desistência, as respostas evidenciam que a evasão decorreu de múltiplos aspectos, entre eles:

carga horária excessiva dos cursos, sobrecarga acadêmica e dificuldade de conciliar estudos com trabalho e responsabilidades familiares. Também foram mencionados relatos de professores com postura desrespeitosa ou pouco didática, ausência de acolhimento em situações específicas e falhas na atuação da coordenação e da ouvidoria.

Além disso, destacaram-se o custo de vida elevado em Jataí, a insuficiência de apoio financeiro e as dificuldades para obtenção de auxílios. Outros pontos levantados foram a dificuldade de identificação com o curso, o choque de idade, experiências de segregação entre estudantes e a percepção de ambiente tóxico em algumas disciplinas, bem como reprovações recorrentes em determinados componentes curriculares.

O Gráfico 15 representa o quantitativo de ex-alunos que conciliavam os estudos com o trabalho durante o vínculo com a UFJ.

Gráfico 15 – Quantitativo de ex-alunos que conciliavam os estudos com o trabalho.



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

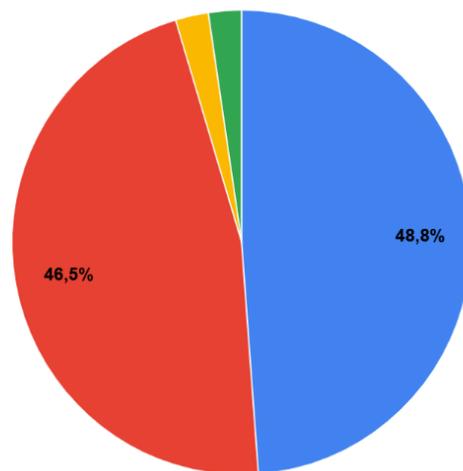
Verifica-se que 76,8% dos participantes da pesquisa conciliavam a jornada de trabalho com a jornada de estudos, sendo que 53,5% trabalhavam em período integral.

O Gráfico 16 demonstra os dados relacionados à ocorrência de reprovações em disciplinas pelos ex-alunos participantes.

Gráfico 16 – Reprovações em disciplinas pelos ex-alunos.

Você enfrentou reprovações?

- Não
- Sim
- Como tive de deixar no primeiro período, não pude trancar a matrícula por não ter tido aprovação em nenhuma disciplina. Extrapolei a quantidade de faltas.
- Prefiro não responder



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

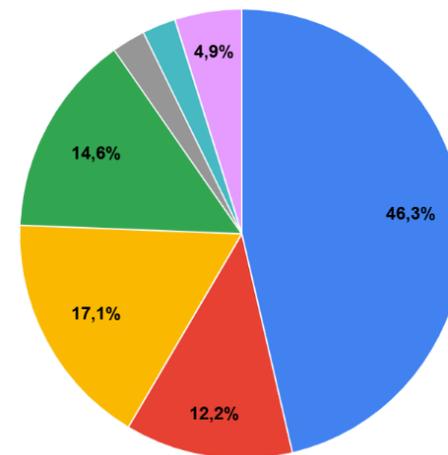
Os dados mostram uma proximidade entre o número de ex-alunos que enfrentaram reprovações (46,5%) e os que não enfrentaram (48,8%). Essa informação evidencia que as reprovações constituem uma experiência significativa para uma parcela relevante dos ex-alunos que participaram da pesquisa.

O Gráfico 17 demonstra a percepção dos ex-alunos quanto ao impacto da organização curricular das disciplinas em sua progressão acadêmica.

Gráfico 17 – Percepções sobre o impacto da organização curricular das disciplinas em sua progressão acadêmica.

Em que medida a organização curricular (sequência de disciplinas, carga horária, metodologia) dificultou ou facilitou sua progressão?

- Neutro
- Prefiro não responder
- Dificultou
- Dificultou muito
- Não cheguei a frequentar
- Facilitou muito
- Facilitou



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

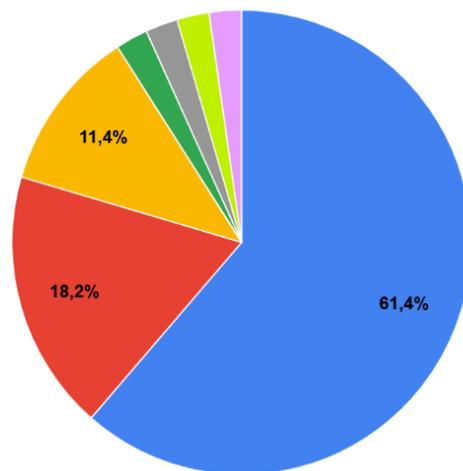
O dado revela que apenas 7,3% dos participantes consideraram a organização curricular como um fator que facilitou sua progressão no curso (soma de “facilitou” e “facilitou muito”), enquanto 31,7% (soma de “dificultou” e “dificultou muito”) avaliaram de forma negativa e 46,3% manifestaram percepção neutra.

O Gráfico 18 representa os dados referentes ao acompanhamento/contato institucional com os estudantes evadidos.

Gráfico 18 – Contato institucional com os estudantes evadidos.

A UFJ entrou em contato com você após sua desistência do curso para tratar sobre os motivos da evasão?

- Não, não recebi nenhum contato da UFJ a respeito da minha desistência
- Sim, fui contatado(a) formalmente
- Não me recordo
- O Prof. Dr. Edson de Sousa Brito, entrou em contato um excelente profissional que se preocupa com o estudante.
- Mas banida só visualizei no edital mas tive dificuldade de acessar a rematrícula para continuar pois queria voltar.
- Na verdade eu n desisti, mas ninguém entrou em contato, a forma que utilizam pelo e mail e muito falha, deveriam ligar diretamente p a pessoa e conversar
- Não recebi nenhuma mensagem por parte da faculdade, pelo contrário quem mandou mensagem fui eu.



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

Os relatos indicam que a maioria dos participantes (68,3%) não recebeu nenhum contato da UFJ após a desistência do curso, enquanto apenas 20,5% afirmaram ter sido formalmente contatados. Observa-se a menção isolada de contato direto por parte de docentes, demonstrando uma preocupação individual, mas não necessariamente um procedimento institucionalizado. Além disso, alguns respondentes mencionaram não se recordar sobre o contato (11,4%).

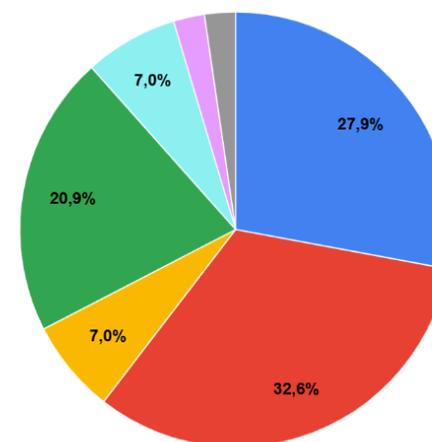
No contexto da permanência estudantil, a ausência sistemática de acompanhamento após a desistência pode representar um ponto crítico, uma vez que impede a instituição de compreender de forma estruturada as causas da evasão e implementar estratégias preventivas ou corretivas.

O Gráfico 19 demonstra os dados quantitativos sobre o potencial impacto do contato institucional na decisão dos discentes de permanecer ou não no curso.

Gráfico 19 – Potencial impacto do contato institucional na decisão dos discentes de permanecer ou desistir do curso.

Você acredita que poderia ter permanecido e concluído o curso na UFJ caso a universidade tivesse entrado em contato com você (seja por meio da coordenação, docentes, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, Pró-Reitoria de Graduação) na tentativa de buscar soluções para sua continuidade?

- Não
- Sim
- A universidade entrou em contato comigo na época, mas mesmo assim decidi desistir do curso
- Talvez
- Não sei / Não me recordo
- A universidade entrou em contato comigo, mas não pude voltar
- Se houvesse o contato direto q pessoa teria ciência da situação e conseguia haver troca de informações para se ajudarem, ate poq se o aluno iniciou o curso n tenha duvidas que ele quer terminar ou prlomenos ter essa opcao



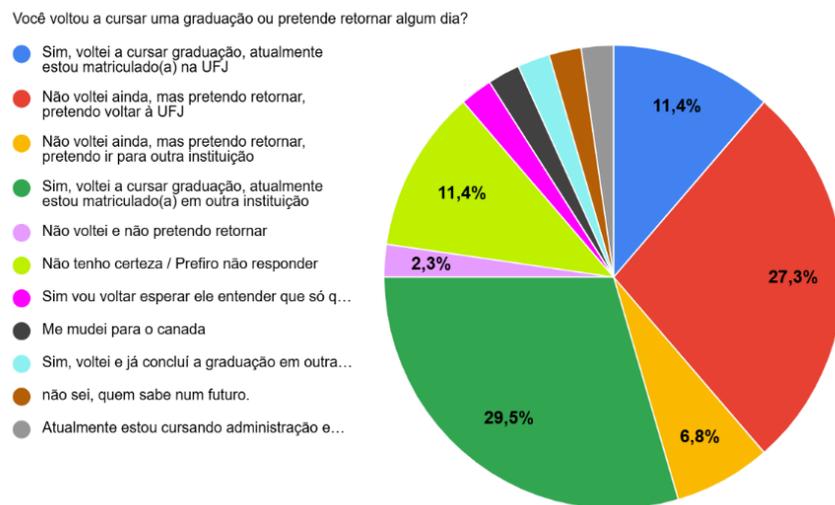
Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

Os dados indicam que uma parcela relevante dos participantes (cerca de 32,6%) acredita que poderia ter permanecido no curso caso houvesse contato institucional, enquanto 20,9% responderam “talvez”, reforçando a percepção de que o acompanhamento da universidade poderia ter feito diferença em parte dos casos de evasão. Por outro lado, 27,9% afirmaram que o contato não teria alterado a sua decisão. Houve ainda registros de estudantes que confirmaram ter recebido contato institucional, mas que, mesmo assim, decidiram não continuar.

Os dados apresentados correspondem apenas ao grupo de respondentes e não podem ser generalizados para toda a população estudantil da UFJ. Ainda assim, fornecem indícios relevantes para subsidiar análises institucionais sobre o papel do contato e acompanhamento na prevenção da evasão.

O Gráfico 20 representa a manifestação dos ex-alunos quanto ao retorno à graduação em momento posterior.

Gráfico 20 – Possível retorno à graduação em momento posterior.



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

Nota-se que 11,4% dos participantes voltaram a cursar a graduação na UFJ, enquanto 27,3% alegaram que pretendem voltar a estudar na UFJ. Adicionalmente, 29,5% dos participantes alegaram que voltaram a cursar a graduação em outras instituições, e 6,8% pretendem voltar a cursar a graduação em outra instituição.

Isso indica que uma parcela significativa dos evadidos não abandonou definitivamente o ensino superior, mas sim transferiu-se para outra instituição ou retornou à UFJ.

Além disso, alguns participantes ainda planejam retomar os estudos, o que sugere que a evasão pode ser temporária para parte deles.

A evasão, nesses casos, não é necessariamente um abandono permanente da graduação: quase metade (40,9%) já retomou os estudos em outra instituição ou na UFJ.

Verifica-se que existe a intenção de retorno à UFJ (27,3%) por parte dos evadidos, isso pode ser explorado para políticas de reaproveitamento de créditos ou programas de retorno, com vistas a incentivar o reingresso dessas pessoas.

É importante acompanhar a trajetória dos evadidos para compreender de fato se essas pessoas abandonaram o ensino superior ou se apenas trocaram de curso ou de instituição, permitindo distinguir transferências e interrupções temporárias de abandono definitivo, o que muda completamente o sentido das políticas públicas e das ações institucionais.

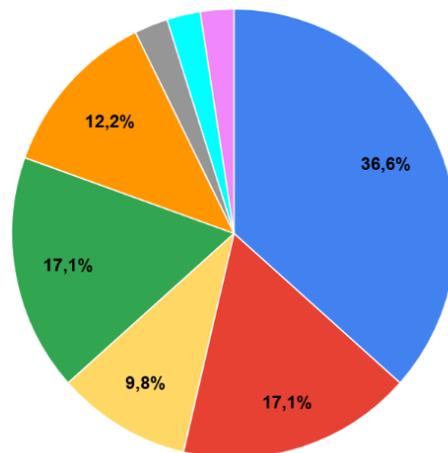
Essa análise reforça que a evasão deve ser entendida como um processo complexo, e não apenas como um abandono definitivo. Assim, a evasão pode ser seguida por reingressos, imediatos ou postergados. Com a expansão e a diversificação do ensino superior, é cada vez mais comum que estudantes reingressassem para mudar de curso, de instituição ou por outras motivações pessoais.

O Gráfico 21 apresenta os dados relativos à participação dos ex-alunos em atividades de recepção ou acolhimento promovidas pela instituição.

Gráfico 21 – Participação dos ex-alunos em atividades de recepção ou acolhimento

Ao ingressar na UFJ, você participou de alguma atividade oficial de recepção ou acolhimento promovida pela instituição?

- Sim, participei e considero que foi útil
- Não participei, mas fui convidado(a)
- Sim, participei, mas achei pouco informativa ou inútil
- Não participei e também não fui convidado(a)
- Não me lembro
- Entrei em período extraordinário
- Não
- Sim



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

Nota-se que 36,6% dos respondentes indicaram que participaram das ações de recepção ou acolhimento e as consideraram úteis. 17,1% não participaram, mas foram convidados. 9,8% participaram, mas as consideraram pouco informativas ou inúteis. 17,1% alegaram que não participaram e não foram convidados.

Os dados indicam que, quando os alunos comparecem, as atividades têm potencial de contribuir para a ambientação acadêmica. Os dados também indicam lacunas na cobertura das ações de acolhimento (alguns ingressantes podem estar fora do fluxo de comunicação institucional ou ingressaram após a realização dessas atividades).

Observa-se que 9,8% dos participantes avaliaram as ações como pouco informativas, o que pode ser um sinal de que o

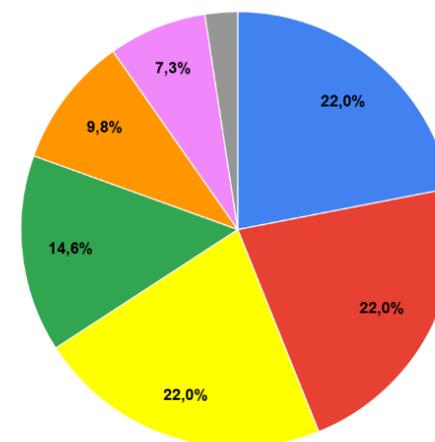
conteúdo, forma ou execução podem não atender às necessidades práticas dos ingressantes.

O Gráfico 22 demonstra a percepção dos ex-alunos quanto à divulgação de procedimentos e informações sobre assuntos relacionados à vida acadêmica.

Gráfico 22 – Percepção dos ex-alunos quanto à divulgação de procedimentos e informações sobre a vida acadêmica.

Como você avalia a forma como a UFJ divulga, ao longo da graduação, informações sobre procedimentos acadêmicos (como matrícula, trancamento, prazos para conclusão do curso, cancelamento e acréscimo de disciplinas, segunda chamada e revisão de avaliações, liberação de pré ou correquisito) e sobre oportunidades e assuntos relacionados à vida acadêmica?

- Regular. As informações chegam com atrasos ou falta de clareza, exigindo esforço extra para compreender
- Muito boa. As informações são divulgadas de forma clara, completa, no tempo adequado e por canais de fácil acesso
- Boa. As informações são divulgadas adequadamente, mas poderiam ser mais claras, detalhadas ou organizadas
- Ruim. As informações são incompletas, confusas ou divulgadas tardiamente, dificultando o acompanhamento
- Não me recordo
- Não tenho opinião / Não acompanhei essas informações
- Difícil de se encontrar as informações mais importantes como os citados a cima, talvez pudesse ter seções mais organizadas.



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

Embora 44% dos respondentes avaliem a divulgação como boa ou muito boa, um contingente relevante de 36,6% (soma de “regular” e “ruim”) percebe problemas de clareza, completude e/ou pontualidade. Isso indica que a comunicação funciona bem para uma parte dos estudantes, mas deixa lacunas importantes para outro grupo.

Falhas na divulgação de procedimentos críticos (matrícula, trancamento, prazos, 2ª chamada etc.) podem gerar perda de prazos, dificuldade de tomada de decisão pelos estudantes, fatores que podem, em última instância, contribuir para insatisfação e gerar riscos à permanência.

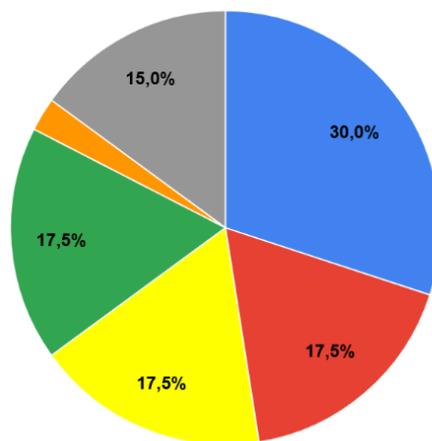
Apesar de a amostra não ser representativa da totalidade dos estudantes, os resultados apontam para possíveis problemas de comunicação, sendo um sinal de alerta para a gestão acadêmica.

O Gráfico 23 expõe os dados relacionados à percepção dos ex-alunos quanto à divulgação e acesso às informações sobre auxílios e serviços da Prae.

O Gráfico 23 – Divulgação e acesso às informações sobre auxílios e serviços da Prae.

Como você avalia a divulgação e o acesso às informações sobre os auxílios e serviços oferecidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (como auxílio transporte, bolsa moradia, bolsa incentivo pedagógico, bolsa acolhida, auxílio para participação de eventos, auxílio eventual, auxílio saúde, etc.)?

- Boa. As informações são divulgadas adequadamente, mas poderiam ser mais detalhadas ou melhor organizadas
- Muito boa. As informações são amplamente divulgadas, claras, completas e de fácil acesso
- Ruim. As informações são escassas, confusas ou difíceis de encontrar
- Regular. As informações são pouco claras, incompletas ou divulgadas tardiamente, exigindo esforço extra para obtê-las
- Não me recordo
- Não sei avaliar. Nunca procurei ou utilizei essas informações



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

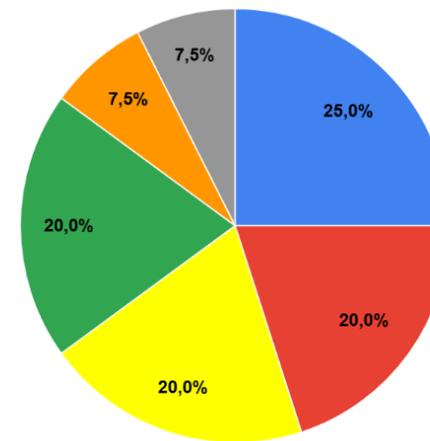
Quase metade dos respondentes, cerca de 47,5%, considera as informações boas ou muito boas. 35% classificam a divulgação como regular ou ruim, apontando para fragilidades na comunicação. Os dados indicam sinais de que a divulgação e acesso às informações podem alcançar efetivamente uma parcela dos alunos, mas ainda existem lacunas de alcance, organização e clareza que podem impedir que beneficiários elegíveis conheçam, entendam ou acessem auxílios essenciais.

Gráfico 24 demonstra a percepção dos ex-alunos quanto à divulgação e acessibilidade de informações sobre formas de ingresso em iniciativas acadêmicas.

Gráfico 24 - Divulgação e acessibilidade de informações sobre formas de ingresso em iniciativas acadêmicas.

Como você avalia a clareza e a acessibilidade das informações disponibilizadas pela UFJ sobre formas de ingresso em iniciativas acadêmicas (como iniciação científica, projetos de extensão, programa de educação tutorial – PET, monitorias, mobilidade acadêmica, estágios e outras oportunidades durante a graduação)?

- Ruim. As informações são escassas, pouco acessíveis ou difíceis de compreender
- Excelente. As informações são claras, acessíveis, completas e facilmente encontráveis
- Regular. As informações existem, mas são pouco claras ou exigem esforço extra para encontrá-las
- Boa. Há divulgação eficiente, mas poderiam ser mais detalhadas ou agilmente acessadas
- Não me recordo
- Não sei avaliar. Não busquei ou não utilizei essas informações



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

Há um grupo significativo (40%) que considera as informações excelentes ou boas, indicando práticas eficazes para uma parcela dos participantes.

Cerca de 45% consideram as informações regulares ou ruins, relatam que as informações são pouco claras, escassas ou difíceis de encontrar, sinal de possível cobertura desigual e/ou problemas de organização da informação.

Se estudantes elegíveis não conseguem localizar ou entender como participar de projetos de pesquisa, extensão, monitorias, estágios, essas oportunidades podem ficar subaproveitadas, perdendo-se um canal importante de engajamento, aprendizagem prática e permanência.

Os participantes também foram questionados sobre ações e melhorias sugeridas para fortalecer a permanência estudantil e reduzir a evasão e retenção na UFJ. A Figura 3 apresenta, sinteticamente, as sugestões e considerações registradas pelos ex-alunos.

Figura 3 – Sugestões sobre ações e melhorias para fortalecer a permanência estudantil.



Fonte: elaboração própria com base nos resultados do questionário.

Quanto a experiências positivas na UFJ que os participantes acreditam merecer melhor divulgação, foram destacados o reconhecimento da dedicação, excelência e apoio de grande parte dos professores, inclusive no acolhimento de alunos. Além disso, foi destacado que a UFJ tem programas ótimos e uma boa biblioteca, que merecem mais visibilidade.

A pesquisa permitiu captar percepções diretas de estudantes ativos e ex-alunos evadidos sobre fatores que influenciam a permanência nos cursos de graduação da UFJ, oferecendo insumos relevantes para as análises realizadas neste trabalho, bem como para o conhecimento da gestão. Reforça-se que os resultados da pesquisa com os alunos e ex-alunos não representam, isoladamente, achados de auditoria, considerando que não podem ser generalizados.

3. RESULTADOS DOS EXAMES

3.1. Oportunidades de melhoria da transparência ativa de informações da assistência estudantil e de informações da vida acadêmica

Foi realizada avaliação dos processos de comunicação e divulgação de informações relacionados à vida acadêmica e assistência estudantil. O trabalho teve por objetivo verificar a conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI) e demais normas aplicáveis, bem como avaliar a efetividade e acessibilidade dos canais utilizados para orientar os discentes sobre editais, programas e assuntos acadêmicos, considerando a relevância dessas informações para a permanência estudantil.

Critério

Embora a LAI, Lei nº 12.527/2011, tenha como principal objetivo garantir o direito fundamental de acesso à informação, ela também contribui para a garantia de outros direitos, como a efetivação do direito à educação, à igualdade, à cidadania e outros.

Segundo o art. 3º da Lei nº 12.527/2011, a observância da publicidade como preceito geral, a divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações, o fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência e desenvolvimento do controle social da administração pública são diretrizes para os procedimentos realizados com o fim de garantir o acesso a informações.

De acordo com o art. 7º da LAI, o acesso à informação compreende, entre outros, os direitos de obter: orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada; informação atualizada sobre atividades exercidas pelas entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços; informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos; informação relativa à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações das entidades, bem como metas e indicadores.

Além disso, a Lei nº 9.394/1996, em seu art. 3º, inciso XV, dispõe que a garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação é um dos princípios basilares do ensino.

Adicionalmente, em relação à Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o art. 32 da Lei nº 14.914/2024 estabelece que a legislação, os editais e as informações que envolvem a execução da PNAES deverão ser amplamente divulgados nos sítios na internet das instituições e, no que couber, no Portal da Transparência do Governo Federal.

Ademais, a “transparência na divulgação dos recursos, benefícios e projetos de assistência e permanência estudantil, bem como nos critérios para a obtenção e para a sua manutenção” é uma diretriz da Política de Assistência Estudantil (PAE) da UFJ, conforme art. 4º, da Resolução Cepepe UFJ nº 16/2025.

Nessa perspectiva, o TCU (Acórdão TCU nº 2281/2024 - P) já recomendou aos seus jurisdicionados que:

9.2.4. realizem a divulgação dos potenciais auxílios de assistência estudantil e de seus valores ilustrativos nas publicações em suas redes sociais e sítios eletrônicos relacionadas a chamamentos para participação em concursos vestibulares, Enem e Sisu;

Condição

A análise do site institucional da Prae evidenciou que, embora as seções “notícias” e “editais” sejam periodicamente alimentadas e atualizadas, a seção “serviços ofertados” (Serviços e Bolsas), no menu principal, apresenta informações que carecem de atualização

para refletir as mudanças provocadas pela Política de Assistência Estudantil da UFJ e demais mudanças no cenário institucional.

Constatou-se que a Prae utiliza suas redes sociais, como sua conta no aplicativo Instagram e o YouTube, como os principais meios de comunicação e divulgação de informações, por meio dos quais também divulga o site institucional. Ademais, a unidade também divulga informações sobre a assistência estudantil por meio de e-mail institucional. Como boa prática, destaca-se a publicação de cardápio do Restaurante Universitário por meio de áudio, a fim de aumentar a acessibilidade.

Com o objetivo de evitar a exclusão de estudantes que não utilizam redes sociais, como o Instagram, ou que enfrentam barreiras de inclusão digital, evidencia-se a oportunidade de fortalecer outros meios institucionais de comunicação, especialmente o site oficial, em consonância com as diretrizes de transparência estabelecidas pela LAI.

Além disso, mostra-se pertinente analisar as possíveis razões pelas quais o site institucional possa não estar sendo considerado como um dos principais meios de obtenção de informações pela comunidade acadêmica.

O fortalecimento do portal institucional, em especial, mostra-se necessário para assegurar o acesso a informações completas, atualizadas, rastreáveis e de fácil identificação, promovendo maior transparência, padronização e centralização dos conteúdos disponibilizados à sociedade.

Além disso, a disposição dos editais de auxílios estudantis em lista contínua, sem separação por período, modalidade ou outra forma de organização, conforme observado na seção “editais”, pode dificultar a navegação, visualização, identificação e o acesso pelo usuário. A qualidade e a organização da apresentação das informações impactam diretamente a capacidade dos usuários de utilizar plenamente os serviços ofertados.

Adicionalmente, verificou-se que, para alguns processos seletivos relacionados às bolsas e aos auxílios assistenciais², eram feitas diversas publicações diferentes sobre o mesmo edital (uma publicação inicial do edital e publicações diferentes e isoladas para os resultados), o que pode gerar a fragmentação das informações. No entanto, a situação foi tratada pela unidade durante a execução dos trabalhos. Com a mudança, o usuário apenas precisará acessar uma página para encontrar todas as publicações e informações referentes ao processo seletivo.

Ademais, durante a execução da ação, foi observada a inclusão de informações sobre o fórum de assistência estudantil e da Câmara Setorial de Política Estudantil no site institucional da Prae.

Passando ao próximo ponto, inicialmente, elogia-se a implementação do Programa Princípio e a construção do seu site, que apresenta informações claras, de fácil acesso e com *layout* que facilita a navegação do usuário.

Verificou-se que tanto o fluxograma “Estágio Não Obrigatório” quanto a cartilha “Jornada do Estagiário”, disponíveis no site da referida coordenação, reúnem orientações relevantes para os discentes. Esta última, em especial, apresenta informações mais completas, incluindo informações sobre os passos a seguir, o que fazer, o responsável, quando fazer e onde fazer.

Constatou-se oportunidade de aprimorar a transparência ativa da instituição, ampliando a publicidade e alcance de informações sobre a vida acadêmica, programas, estágios e oportunidades, inclusive oportunidades de estágios.

Dessa forma, sob essa ótica, constata-se, de forma geral, a oportunidade de melhoria dos processos de divulgação de informação de interesse estudantil.

A implantação de um fluxo contínuo de divulgação, que informe os principais procedimentos da vida acadêmica e as ações e programas disponíveis, indicando onde

² Edital nº 01/2025; Edital nº 02/2025; Edital nº 05/2025; Edital 06/2025.

encontrar informações detalhadas, pode ampliar o conhecimento dos discentes sobre esses temas e auxiliar a adaptação inicial, a trajetória acadêmica e o sucesso na graduação. Nesse sentido, a elaboração de materiais orientativos de divulgação contínua e disponibilidade permanente pode reduzir os riscos de que os alunos tenham dificuldades relacionadas às oportunidades e aos deveres da vida acadêmica.

Causa

São possíveis causas para o presente achado: lacunas de rotinas formalizadas de atualização e divulgação de informações; ausência de padronização na organização e divulgação dos conteúdos; fragilidades na identificação e entendimento das necessidades dos discentes.

Efeito

São possíveis efeitos do achado: comprometimento da transparência ativa da instituição; redução da clareza quanto aos serviços ofertados.

Conclusão

Constatou-se que, embora haja esforços de divulgação e instrumentos informativos relevantes já desenvolvidos pelas unidades, a comunicação institucional referente à assistência estudantil e aos demais assuntos da vida acadêmica pode ser aprimorada quanto à atualização, ao alcance, à organização e à clareza das informações. A fragilidade da transparência ativa pode dificultar o acesso dos discentes às informações de interesse coletivo.

Recomendações

Recomendação 01: À Prae, fortalecer a atualização contínua e a ampla divulgação das informações de interesse estudantil, principalmente quanto aos serviços ofertados e sobre a execução da PNAES, em seu site institucional e demais canais oficiais, a fim de evitar exclusão digital de discentes que não utilizam redes sociais.

Recomendação 02: À Prae, adotar procedimentos padronizados para a publicação de editais e seus resultados, assegurando, no site institucional, a reorganização dos editais por semestre, modalidade de auxílio/bolsa ou outro critério de organização, e a continuidade da completude de informações sobre o mesmo processo seletivo em publicação única, contendo todos os documentos pertinentes.

Recomendação 03: À Prograd, fortalecer a divulgação contínua e a transparência ativa dos programas, ações, oportunidades e demais informações relativas à vida acadêmica, destinadas tanto aos alunos ingressantes quanto aos veteranos, mediante a formalização de rotinas periódicas de comunicação e sensibilização sobre assuntos estratégicos. Recomenda-se, ainda, indicar de forma explícita os canais oficiais nos quais podem ser consultadas informações completas e atualizadas.

Recomendação 04: À Prograd, no âmbito de suas competências, fortalecer procedimentos formais e periódicos que permitam a avaliação e obtenção de informações que retratem a percepção dos discentes sobre as ações implementadas, a fim de complementar a avaliação dos seus resultados. Espera-se que o retorno da comunidade acadêmica seja sistematicamente coletado e analisado para retroalimentar as estratégias da gestão, assegurando a melhoria contínua dos processos, produtos e serviços prestados.

Boas Práticas³

[Carta de serviços da Pró-reitoria de Assistência Estudantil UNIVASE](#); [Serviços da Pró-Reitoria de Acessibilidade e Assuntos Estudantis UFVJM](#); [Cartilha de apresentação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFF](#); [Bolsas e Auxílios da UFF](#); [Catálogo do Aluno](#)

³ As boas práticas foram citadas com a finalidade de subsidiar as propostas de recomendação, não foram utilizadas como critérios de auditoria ou como parâmetros obrigatórios. As boas práticas foram compartilhadas apenas para apoiar a gestão no aprimoramento da situação identificada.

[UFRGS: Perguntas frequentes PRAE UFRGS.](#); [Editais PROAE UFAM](#); [Resoluções dos Programas Assistenciais UnB.](#); [Graduação UnB – Manual para Estudantes.](#)

3.2. Oportunidade para ampliar os critérios de reserva de vagas (cotas) nos processos seletivos da UFJ

Foram analisados os instrumentos normativos e os processos seletivos da UFJ relacionados à adoção de ações afirmativas de acesso ao ensino superior, com o objetivo de verificar se os processos seletivos preveem critérios de cota ou se existem modalidades suplementares de acesso.

Critério

As instituições federais de ensino superior têm autonomia para implementar ações afirmativas suplementares, como previsto no art. 5º, § 3º, do Decreto nº 7.824/2012, que dispõe que as instituições federais de educação poderão, por meio de políticas específicas de ações afirmativas, instituir reservas de vagas suplementares ou de outra modalidade.

Adota-se como referencial a possibilidade prevista no art. 5º, § 3º do Decreto nº 7.824/2012 de que as universidades promovam, por meio de políticas específicas, ações afirmativas suplementares de acesso ao ensino superior (reservas de vagas suplementares, editais ou processos seletivos específicos), definindo formatos e critérios adequados ao seu contexto institucional para ampliar a inclusão de grupos minoritários.

Condição

Destaca-se que a UFJ instituiu o programa UFJ Para Todos 2025, o qual representa uma política afirmativa concreta para promover a inclusão de estudantes indígenas e negras quilombolas oriundas de escolas públicas na graduação. Essa iniciativa se destaca como exemplo de iniciativa institucional que alia inclusão social à democratização do ensino superior. O programa fortalece não apenas o princípio da igualdade de oportunidades, mas também o compromisso da universidade com a diversidade e com a justiça social.

Paralelamente, a Resolução Cepepe UFJ nº 05/2025, que dispõe sobre o Processo Seletivo Simplificado para ingresso nos cursos de graduação da UFJ para as vagas não preenchidas pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU), em seu art. 5º, III, dispõe que poderão ser estabelecidos critérios de cotas destinadas a grupos socialmente minorizados, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Nesse contexto, foi observado que, nos Editais 03/2025 e 04/2025, referentes ao processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação da UFJ nas vagas não preenchidas pelo SiSU 2025, não foram estabelecidos critérios de cota.

Além disso, nos Edital 09/2024 e Edital 08/2025, referentes ao processo seletivo para o preenchimento de vagas remanescentes para ingresso nos anos letivos de 2025 e 2026, também não foram previstos critérios de cota.

Constatou-se que, até o momento, não existe regulamentação sobre cotas de acesso ou prioridades sociais sobre as vagas remanescentes, vagas não preenchidas pelo SiSU e sobre os processos seletivos para ingresso em disciplinas e/ou módulos isolados dos cursos de graduação. Foi esclarecido que as vagas remanescentes correspondem a vagas nas quais já foi aplicada a política de cotas, mas que permaneceram desocupadas por falta de preenchimento ou por desistência, portanto, as cotas de acesso já teriam sido contempladas.

Causa

São possíveis causas do achado: complexidade jurídica ou operacional para implementar critérios de cota; fragilidade de avaliação e levantamento de dados para a tomada de decisão; ausência de regulamentação interna.

Efeitos

São possíveis efeitos do achado: exclusão ou limitação de acesso para grupos vulneráveis ou minoritários que poderiam ser beneficiados por políticas de cotas; não atingimento dos objetivos estratégicos.

Conclusão

Apesar da existência de ações afirmativas de acesso ao ensino superior, há oportunidade para aprimorar os processos de ingresso por meio da formalização de normas e procedimentos que disponham sobre a aplicação de medidas suplementares ou de outras modalidades de ingresso. A lacuna normativa e operacional identificada pode restringir o acesso de grupos socialmente vulneráveis e comprometer o pleno atendimento aos objetivos institucionais.

Recomendações

Recomendação 05: À Reitoria e ao CGA, em articulação com as demais unidades envolvidas, explorar a possibilidade de estabelecer critérios de cotas destinadas a grupos socialmente minorizados, prevista na Resolução Cepepe UFJ nº 05/2025, bem como elaborar normas internas que regulamentem as formas de ingresso na graduação na UFJ, com possibilidade de criação de novas cotas e aplicação de cotas em outros processos seletivos além do SiSU, bem como de processos seletivos autônomos ou complementares exclusivamente voltados para estudantes que se enquadrem em critérios de ação afirmativa, adaptados à realidade local.

Boas Práticas

[Processo Seletivo Vestibular para pessoas com 60 anos ou mais UFGD](#); [Programa de Reintegração de Ex-Alunos da UFGD](#); [Acolhida Humanitária - Refugiados UFMG](#).

3.3. Carência de diretrizes internas que regulamentem a oferta de vagas remanescentes

Foi avaliada a gestão e a oferta de vagas remanescentes nos cursos de graduação, por meio de análise documental e indagação escrita, com o objetivo de verificar se as vagas autorizadas estão sendo ocupadas de forma eficiente e em consonância com a missão institucional e com a promoção da expansão do ingresso na graduação.

Critério

Ainda que ocorra o preenchimento de todas as vagas novas autorizadas para determinado curso, é comum que haja evasão em decorrência de inúmeros fatores. Nesse cenário, a quantidade de vagas ocupadas nos anos seguintes pode ser inferior ao limite de vagas autorizadas inicialmente, resultando na existência de vagas ociosas.

Ante essa disponibilidade de vagas, a legislação prevê a possibilidade de nova oferta dessas vagas remanescentes, a fim de evitar a ociosidade institucional e otimizar ao máximo a utilização da infraestrutura já existente na instituição, como salas de aula, laboratórios e quadro de professores.

A Lei nº 9.394/1996 dispõe sobre a aceitação de novos discentes regulares, assim como a abertura de vagas em disciplinas a discentes não regulares para ocupação dessas vagas:

Art. 49. As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

Parágrafo único. As transferências *ex officio* dar-se-ão na forma da lei.

Art. 50. As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.

Nesse sentido, permite-se o ingresso de novos estudantes para preenchimento das vagas remanescentes que se tornaram ociosas ao longo do curso, viabilizando a complementação do número de matriculados para alcançar o número de vagas autorizado, aproveitando, dessa forma, a potencialidade máxima da infraestrutura disponível na instituição.

Condição

A oferta de vagas resultantes de inativação do registro acadêmico (desistência de vagas, exclusões por não renovação de matrícula, transferências e óbitos) é realizada em observância à Resolução Cepec nº 1394R da UFG.

Nesse contexto, constatou-se que, para 2025 e 2026, respectivamente 77,87% e 78,94% das vagas apuradas foram efetivamente ofertadas para preenchimento de vagas remanescentes, indicador que, em nível agregado, aponta boa utilização da disponibilidade institucional. Contudo, há variação expressiva entre cursos: vários cursos ofertaram menos de 50% das vagas apuradas e, em 2025, dois cursos não ofertaram nenhuma vaga. A Tabela 1 demonstra os dados referentes às vagas apuradas e às ofertadas.

Tabela 1 - Quantitativo de vagas apuradas e ofertadas para o preenchimento de vagas remanescentes.

CURSO	VAGAS APURADA preenchimento no 1º e 2º semestres de 2025	VAGAS OFERTADAS preenchimento no 1º e 2º semestres de 2025	%	VAGAS APURADAS preenchimento no 1º e 2º semestres de 2026	VAGAS OFERTADA preenchimento no 1º e 2º semestres de 2026	%
Agronomia	21	10	47,62%	15	02	13,33%
Biomedicina	7	2	28,57%	03	02	66,67%
Ciência da Computação	10	10	100,00%	13	13	100,00%
Ciências Biológicas - B	9	9	100,00%	16	16	100,00%
Ciências Biológicas - L	24	24	100,00%	22	22	100,00%
Direito	15	15	100,00%	18	09	50,00%
Educação Física - B	19	10	52,63%	16	10	62,50%
Educação Física - L	17	10	58,82%	08	08	100,00%
Enfermagem	18	4	22,22%	05	05	100,00%
Engenharia Florestal	23	10	43,48%	29	10	34,48%
Física	36	36	100,00%	34	32	94,12%
Fisioterapia	11	6	54,55%	07	02	28,57%
Geografia – B	11	11	100,00%	17	17	100,00%
Geografia - L	9	9	100,00%	10	10	100,00%
História	30	30	100,00%	28	28	100,00%
Letras - Inglês	27	27	100,00%	15	15	100,00%
Letras - Língua Portuguesa	25	25	100,00%	36	36	100,00%
Matemática	41	41	100,00%	40	40	100,00%
Medicina	8	0	0,00%	18	10	55,56%
Medicina Veterinária	12	0	0,00%	16	02	12,50%
Pedagogia – M	13	2	15,38%	17	05	29,41%
Pedagogia – N	19	2	10,53%	24	05	20,83%
Psicologia	4	4	100,00%	18	18	100,00%
Química - B	33	33	100,00%	34	34	100,00%

Química - L	42	42	100,00%	42	42	100,00%
Zootecnia	22	22	100,00%	12	12	100,00%
Total	506	394	77,87%	513	405	78,94%

Fonte: elaboração própria a partir dos relatórios gerais de vagas remanescentes nos cursos de graduação da Universidade Federal de Jataí, para preenchimento nos 1º e 2º semestres de 2025 e 2026.

Legenda: B – bacharelado; L – licenciatura; M – matutino; N – noturno.

Cabe ressaltar que os cursos de graduação que encaminharam oferta de vagas em quantitativo inferior ao informado pelo CGA apresentaram as devidas justificativas, consoante dispõe a Resolução Cepec nº 1394R da UFG. Além disso, a presente avaliação não emitiu qualquer juízo de mérito quanto às justificativas apresentadas. Os dados foram levantados para permitir a visualização da situação atual da oferta para preenchimento das vagas remanescentes.

Nesse sentido, a inexistência de diretrizes e normativas próprias que regulamentem a matéria pode aumentar o risco de tratamento inconsistente das vagas remanescentes entre cursos e unidades, além da possibilidade de não estar em consonância com os objetivos estratégicos e com a realidade institucional, já que a norma observada é uma norma de outra organização.

Causa

Fragilidades da governança institucional.

Efeito

Risco de subutilização da capacidade da instituição; risco de fragilizar a aderência às prioridades institucionais.

Conclusão

Embora a legislação permita a oferta de vagas remanescentes como mecanismo para evitar a ociosidade e otimizar a utilização da infraestrutura institucional, a UFJ não possui diretrizes ou normativa interna própria sobre a matéria. Essa situação pode provocar o tratamento heterogêneo entre cursos e unidades e o comprometimento da efetividade das ações voltadas à expansão do ingresso e ao aproveitamento da infraestrutura existente.

Assim, destaca-se a necessidade de a UFJ disciplinar internamente a identificação, contabilização e oferta das vagas remanescentes, para assegurar coerência com os objetivos institucionais e maior eficiência e efetividade na ocupação das vagas autorizadas.

Recomendações

Recomendação 06: À Reitoria e ao CGA, em articulação com as demais unidades envolvidas, elaborar norma interna que discipline a gestão das vagas remanescentes nos cursos de graduação, prevendo, no mínimo: (i) responsabilidades, diretrizes e procedimentos institucionais para identificação, definição e oferta das vagas remanescentes.

3.4. Ações relevantes de monitoramento da retenção e oportunidade de melhoria do levantamento, análise e compartilhamento de informações sobre as causas da evasão

Foi avaliada a formalização e a efetividade dos mecanismos institucionais destinados à identificação, monitoramento e análise das causas da evasão, dos riscos de retenção e causas associadas. Em síntese, a auditoria buscou verificar se existe um procedimento institucionalizado e sustentável que gere dados e diagnósticos robustos para subsidiar a tomada de decisão sobre políticas de permanência e conclusão da graduação.

Critério

Sabe-se que a evasão pode estar relacionada a características individuais dos discentes, fatores internos e externos à instituição. Dessa forma, a desconsideração das razões da evasão permite que situações muito distintas sejam tratadas como idênticas.

Com efeito, a invisibilidade das razões para evadir deixa o fenômeno sem explicação e o poder público pode encontrar dificuldades para agir efetivamente para resolvê-lo. Sem informações sobre as causas da evasão, torna-se inviável compreender quais seriam os esforços e responsabilidades necessários para atacar o problema (ex.: seriam esforços da assistência estudantil ou da revisão curricular?).

De acordo com o TCU (Acórdão TCU nº 1868/2024 - P), a ausência de diagnóstico do perfil de seus estudantes evadidos e o desconhecimento das causas da evasão dificultam o gerenciamento do fenômeno da evasão, uma vez que não há informações de qualidade para que os gestores tomem decisões adequadas e suficientes no sentido de mitigar ou extinguir as adversidades identificadas.

Ademais, de acordo com o Decreto nº 9.203/2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, cabe citar que:

Art. 6º Caberá à alta administração dos órgãos e das entidades, observados as normas e os procedimentos específicos aplicáveis, implementar e manter mecanismos, instâncias e práticas de governança em consonância com os princípios e as diretrizes estabelecidos neste Decreto.

Parágrafo único. Os mecanismos, as instâncias e as práticas de governança de que trata o caput incluirão, no mínimo:

[...]

III - instrumentos de promoção do processo decisório fundamentado em evidências.

Condição

Verificou-se que existem esforços e ações em andamento quanto à análise das causas da evasão. No entanto, ainda não há um diagnóstico estruturado que evidencie as causas da evasão universitária, com o seu devido ranqueamento. No mesmo sentido, também foi verificado que o compartilhamento sistematizado de dados e informações para a tomada de decisão pode ser aprimorado.

Ademais, foi informado que, no segundo semestre de 2025, foi iniciada a estruturação de um plano de ação para que coordenações de curso e NDEs realizem levantamento e análise de dados, retroalimentando a Prograd para subsidiar diagnósticos sobre as principais causas de evasão, bem como a aplicação de formulário eletrônico padronizado para auxiliar os referidos diagnósticos.

Nas atas de reuniões da Câmara de Graduação de 2025, observa-se que são abordados e discutidos assuntos e situações que estão relacionados à evasão universitária, porém, não substituem um diagnóstico estruturado capaz de evidenciar causas, padrões e prioridades de intervenção.

Apesar das importantes iniciativas e ações em andamento, elas não configuram um diagnóstico institucional estruturado. Não há, até o momento, formalização de um processo estruturado, sistematizado e organizado de coleta, interpretação e análise das causas de evasão. Da mesma forma, a rotina de coleta, análise e disseminação de dados ainda não produz relatórios, painéis ou outros mecanismos regulares e articulados de comunicação que subsidiem a tomada de decisão nos diferentes níveis responsáveis pela permanência estudantil.

Sem um diagnóstico consolidado e hierarquizado das causas, fica comprometida a capacidade institucional de priorizar ações e avaliar resultados de políticas destinadas à permanência estudantil e ao sucesso na graduação.

Ainda sobre esse aspecto, a instituição aprovou, em agosto de 2025, a Política de Acompanhamento de Egressos, Resolução Cepepe UFJ nº 023/2025. Na política, são considerados egressos todos os discentes que tenham cursado a graduação ou pós-graduação, stricto sensu ou lato sensu, na UFJ. Apesar disso, não está claro, na política, se o acompanhamento abrangerá também os ex-alunos que não concluíram os cursos de graduação

(evadidos), de modo a possibilitar a coleta de dados sobre os fatores e causas da evasão, com vistas à identificação de pontos de melhoria e definição de estratégias.

Sendo assim, apesar de ser uma política importante e necessária, infere-se que essa política não engloba a comunicação com os alunos evadidos.

Nessa perspectiva, constatou-se a ausência de definição de responsabilidade e procedimento formalizado para contatar os alunos que, por diversos motivos, abandonam os cursos, a fim de levantar dados sobre as causas da evasão.

Considerando a relevância de diagnosticar o perfil dos estudantes evadidos e conhecer as causas da evasão, definir mecanismos de coleta de informações tanto de concluintes quanto de ex-alunos que interromperam o curso (evadidos), a fim de subsidiar diagnósticos sobre permanência e a evasão, pode auxiliar o gerenciamento desse fenômeno e auxiliar a tomada de decisão com base em evidências.

Passando para o próximo ponto, observou-se a existência de ações conjuntas de monitoramento da retenção de estudantes e de acompanhamento de discentes em situação de retenção. Unidades administrativas e acadêmicas atuam identificando diagnósticos de disciplinas com altos índices de reprovações a fim de promover melhorias e ajustes.

Foi informado pela Prograd que alguns cursos realizam o acompanhamento sistemático do rendimento acadêmico dos discentes por meio de registros de notas, frequência e taxas de reprovação/desempenho em disciplinas.

Sendo assim, infere-se que essa não é uma prática consolidada, padronizada e sustentável em todos os cursos de graduação. Nesse sentido, a definição de rotinas institucionais de monitoramento e comunicação entre unidades acadêmicas e administrativas, com uso sistemático de indicadores e registros padronizados, pode auxiliar a identificar riscos à integralização e orientar políticas pedagógicas e de assistência estudantil.

Ademais, foi informado que há iniciativas, no âmbito da Câmara de Graduação, para que sejam criadas rotinas de comunicação entre docentes, coordenações de curso e NDEs, com interlocução envolvendo a Prograd e, para alguns casos, a Prae, sobre situações que podem representar risco de retenção.

Reconhece-se a importância dessas ações e da instituição formal de rotinas com a articulação dos setores-chave, a fim de assegurar que os riscos de retenção sejam identificados e tratados, evitando sua materialização.

Outrossim, foi informado pela Prograd que o ranqueamento e análise de disciplinas com alto índice de reprovação foram iniciados no planejamento institucional de 2025. Quanto a essa questão, entende-se que esse levantamento, que pode ser associado aos relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA), serve como uma valiosa fonte de informação para direcionar esforços para as disciplinas mais críticas.

Nota-se o potencial de coleta de dados e informações pelas unidades envolvidas com as políticas e ações de permanência estudantil e sucesso na graduação. Paralelamente, há a oportunidade de aprimorar a articulação entre as unidades a fim de compartilhar dados e informações úteis ao desempenho de suas funções.

Dessa forma, também é necessário fortalecer o fluxo de comunicação institucional, para assegurar que as informações e dados sobre permanência, evasão e retenção alcancem efetivamente todos os níveis e unidades estrategicamente envolvidos com o assunto (incluindo, por exemplo, a Coordenadoria de Ações Afirmativas – CAAF, Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - NAI).

Por fim, ressalta-se que a ausência de uma ferramenta de inteligência artificial, fragilidades do aprimoramento dos sistemas de informação e gestão e dos softwares utilizados pela instituição já foram identificados pela gestão como pontos frágeis que impedem ou dificultam a efetiva coleta, análise, cruzamento e compartilhamento de dados e informações sobre a evasão e retenção.

Causa

São possíveis causas: ausência/fragilidade de rotinas, fluxos e instrumentos institucionais padronizados; responsabilidade e práticas dispersas entre cursos e unidades; ausência/fragilidade de convergência sobre indicadores mínimos e do uso sistemático de registros padronizados; ausência/fragilidades de metodologia institucional para investigação das causas da evasão (qualitativa e quantitativa).

Efeito

São possíveis efeitos: aumento dos riscos de perda de oportunidades de reingresso ou mitigação de evasão e perda de informações para a melhoria da eficácia das políticas de permanência; políticas públicas e intervenções podem ficar fragilizadas por falta de evidência sobre causas da evasão; risco de implementar medidas ineficazes; ações reativas e perda de oportunidades de intervenção precoce; dificuldade na consolidação de informações confiáveis para embasar políticas institucionais.

Conclusão

Apesar dos valiosos esforços e iniciativas em curso para prevenir e reduzir as taxas de evasão e retenção na graduação e para promover o sucesso acadêmico dos estudantes, verificam-se oportunidades de melhoria na sistematização da identificação e do ranqueamento das causas da evasão acadêmica. Ademais, o processo de acompanhamento da retenção estudantil merece fortalecimento, a fim de aprimorar a articulação entre as unidades envolvidas, ampliar a produção e o compartilhamento de informações para a tomada de decisão e direcionar com maior efetividade as ações institucionais.

Recomendações

Recomendação 07: À Prograd, institucionalizar, em conjunto com as demais unidades administrativas e acadêmicas envolvidas, processo de diagnóstico formal e estruturado para levantamento, análise e divulgação de dados sobre evasão, com definição de procedimentos, responsabilidades e indicadores padronizados, bem como avaliar a necessidade de definir instâncias formais e permanentes responsáveis por executar ações de prevenção e combate à evasão. Recomenda-se ainda ampliar os mecanismos de escuta dos discentes, de modo a retroalimentar a estratégia institucional com informações consistentes, subsidiando diagnósticos e a formulação de políticas mais efetivas de permanência estudantil.

Recomendação 08: À Prograd, fortalecer rotinas formais e padronizadas para o monitoramento da retenção e do rendimento acadêmico em todos os cursos de graduação, que contemplem mecanismos mínimos e padronizados de acompanhamento, integração com relatórios da CPA e o compartilhamento dos dados e informações.

Recomendação 09: À Reitoria e à Prograd, estabelecer um fluxo institucional para acompanhamento de ex-alunos que não concluíram o curso de graduação, a fim de identificar suas situações acadêmicas e socioeconômicas, registrar as causas da interrupção, oferecer alternativas de retorno ou encaminhamento (reingresso, aproveitamento de disciplina, orientação sobre programas de assistência) e gerar informações gerenciais que subsidiem políticas de permanência e de combate à evasão.

Recomendação 10: À Reitoria, à Prae e à Prograd, instituir um fluxo institucional e formal de comunicação e governança de dados entre as unidades estrategicamente envolvidas com a permanência estudantil e sucesso acadêmico (Prograd, Prae, NDEs, NAI, CAAF, coordenações, docentes), com a finalidade de articular esforços, padronizar indicadores e assegurar o compartilhamento confiável e tempestivo de informações que subsidiem a tomada de decisão e a retroalimentação das políticas e programas.

3.5. Existência de acompanhamento e avaliação das ações de recepção com oportunidades de fortalecimento

Foram examinados aspectos relacionados às ações de recepção, com foco na implantação, monitoramento e avaliação desse processo.

Critério

A promoção e o fortalecimento das ações de permanência, de assistência e de qualidade da vida estudantil foram definidos como um objetivo estratégico de suporte da UFJ (objetivo S-1). Os objetivos estratégicos são os fins a serem buscados pela instituição para o cumprimento de sua missão institucional e o alcance de sua visão. Constituem a ligação entre as diretrizes da instituição e seu planejamento estratégico. Representam, consideradas as demandas e expectativas das partes interessadas, as prioridades que serão trabalhadas nos próximos anos.

Condição

A Prograd informou que são promovidas ações de recepção dos ingressantes em todas as modalidades e chamadas, com planejamento conjunto (Prograd, Prae e Reitoria), além de recepções próprias realizadas por cada coordenação de curso e aplicação de questionário avaliativo em 2025 em diferentes momentos.

Também foi aplicado o Formulário de Percepção Estudantil em relação ao Acolhimento Institucional pela Prae, o qual teve baixa adesão estudantil. No mesmo sentido, foi elaborado o Relatório de Acolhimento 2025, o qual avaliou as ações realizadas, apresentou dificuldades e propostas para o próximo exercício.

Nesse sentido, verifica-se que foi realizada ação para acompanhar aspectos relacionados às atividades de recepção, o que é uma boa prática para identificar pontos de melhoria relacionados à adaptação dos ingressantes. Identificar quais assuntos e informações os calouros sentiram falta durante o acolhimento é essencial para garantir a sua permanência e evitar dificuldades de adaptação à vida universitária.

Por outro lado, por mais que não seja possível generalizar os dados obtidos na pesquisa com os alunos e ex-alunos realizada neste trabalho, verificou-se que muitos participantes indicaram que não participaram e/ou não foram convidados para as ações de recepção, ou que entraram após a realização. Além disso, também há uma parcela dos participantes da pesquisa que alegou que participou, mas achou as atividades de recepção pouco informativas ou inúteis.

Nesse sentido, a instituição adota medidas para que os discentes que não conseguem participar do Acolhimento Educacional Institucional, como visitas da Reitoria e da equipe da Prae nos acolhimentos específicos dos institutos e cursos. Além disso, os estudantes têm acesso a informações sobre ações e serviços da Prae e da Prograd por meio de seus sites e perfis no Instagram, bem como pelo Guia do Calouro. Nesse contexto, reforça-se a necessidade de continuar o fortalecimento de ações complementares voltadas aos estudantes que não comparecem ao acolhimento.

Observa-se, também, que há a oportunidade de fortalecimento dos mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações de recepção, a fim de identificar, entre outros aspectos, se as informações sobre as atividades de recepção estão alcançando todos os ingressantes, se o conteúdo foi útil, se calouros e veteranos têm conhecimento dos principais aspectos da vida acadêmica e para retroalimentar o planejamento com as percepções e o *feedback* dos estudantes, visando aprimorar sua qualidade e adequação às necessidades estudantis.

Assim, as propostas de recomendações referentes ao presente achado objetivam, também, fortalecer a melhoria contínua. Revisar periodicamente os temas, a linguagem e os formatos das apresentações e demais iniciativas de recepção, com base no *feedback* estudantil e em outros mecanismos de acompanhamento e avaliação, pode favorecer ajustes no planejamento, o tratamento de lacunas identificadas pelos calouros e fortalecer os processos de adaptação e permanência.

Além disso, considerando o Programa de Acolhimento e Integração Estudantil previsto na Política de Assistência Estudantil da UFJ, a realização de orientações, ações, oficinas complementares para os discentes pode representar uma oportunidade de apoio pessoal e social na instituição, principalmente para estudantes no primeiro ano de ingresso.

Nesse sentido, a Prae informou que o desenvolvimento de ações dessa natureza já está sendo discutido e planejado. Observou-se que, neste aspecto, já existem ações complementares em andamento, as quais são divulgadas e realizadas durante todo o período letivo, como a ação “grupo de reorientação profissional para discentes do ensino superior”. Dessa forma, constata-se a oportunidade de fortalecimento dessas iniciativas.

No contexto da assistência estudantil, a realização de ações complementares, como orientação financeira e gestão de recursos e oficinas sobre os benefícios disponíveis e como utilizá-los de forma eficiente e adequada, constitui iniciativa que pode aumentar a efetividade dos auxílios recebidos e reduzir o risco de má utilização dos recursos públicos.

Causa

Possíveis causas: fragilidades da gestão estratégica; baixa adesão do público-alvo das pesquisas.

Efeito

Possíveis efeitos: baixa efetividade das informações e apoio institucional oferecido e risco de insegurança dos estudantes; oportunidades perdidas de adaptação adequada dos estudantes à vida universitária; risco de aumento da evasão nos períodos iniciais.

Conclusão

Embora a UFJ realize ações significativas de recepção e acolhimento dos ingressantes, os mecanismos de acompanhamento e avaliação podem ser fortalecidos. Os processos e ações de acolhimento podem ser aprimorados, a fim de identificar o grau de eficiência, eficácia e efetividade das medidas adotadas e retroalimentar o planejamento das ações com foco na melhoria contínua.

Recomendações

Recomendação 11: À Prograd e à Prae, adotar estratégias articuladas e em consonância com as respectivas competências para melhorar o alcance das ações de recepção e para ampliar a participação estudantil nos instrumentos de avaliação do acolhimento institucional.

3.6. Oportunidade de revisão das diretrizes internas sobre a elaboração dos PPCs

Foi avaliada a gestão das ações institucionais destinadas à prevenção e redução das taxas de evasão e retenção na graduação, com foco nas diretrizes internas que orientam a elaboração e revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso.

Critério

De acordo com o Referencial Básico de Governança Aplicável a Organizações Públicas e Outros Entes Jurisdicionados ao TCU, a melhoria regulatória é um dos princípios basilares da atuação das organizações públicas no cumprimento de suas missões institucionais.

No mesmo sentido, o art. 4º, IX, Decreto nº 9.203/2017 dispõe que é uma diretriz da governança pública “editar e revisar atos normativos, pautando-se pelas boas práticas regulatórias e pela legitimidade, estabilidade e coerência do ordenamento jurídico e realizando consultas públicas sempre que conveniente”.

Condição

Quanto à existência de mecanismos formais e sistemáticos para a realização de estudos de demanda social e regional com vistas à adequação da oferta de cursos de graduação, a Prograd informou que a criação de cursos é orientada por estudos de demanda social e

regional, bem como pela inserção do curso na região, seguindo as diretrizes da Instrução Normativa nº 01/2020 - R da UFJ.

Observa-se que a referida norma trata, em sua maior parte, de uma estrutura orientativa a ser seguida pelos cursos na elaboração dos PPCs, além de dispor brevemente sobre algumas responsabilidades e fluxos.

Ademais, na referida normativa, não há diretrizes destinadas a minimizar riscos de rigidez dos Projetos Pedagógicos de Curso. Quanto a esse ponto, a Prograd informou que, para combater os riscos de rigidez, a instituição adotou uma série de estratégias flexibilizadoras. No entanto, observa-se que, apesar de importantes, essas estratégias são informais e não possuem amparo normativo interno para ajudar a garantir sua adoção pelos cursos, seu acompanhamento e avaliação e para garantir a segurança administrativa.

Assim, observa-se a oportunidade de revisão e aprimoramento da normativa sobre as diretrizes para elaboração e submissão de Projeto Pedagógico de Curso. A referida norma pode ser aprimorada quanto à melhoria das disposições sobre as diretrizes, procedimentos, prazos, responsabilidades, a fim de padronizar e direcionar esse processo, atualizando seu conteúdo às necessidades institucionais e sociais.

Nesse sentido, considera-se pertinente avaliar a necessidade de aprimorar as diretrizes sobre os procedimentos a serem observados na elaboração e na revisão dos PPCs quanto aos estudos do contexto educacional e das demandas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental, considerando sua importância para assegurar a pertinência, qualidade e o alinhamento dos cursos com as necessidades do mercado de trabalho e da comunidade.

Causa

Possíveis causas: fragilidades da governança institucional.

Efeito

Possíveis efeitos: riscos de retrabalho e desentendimentos durante o processo de criação e reformulação de PPCs; fragilidades nos processos de definição dos PPCs; impactos negativos na permanência estudantil.

Conclusão

Não obstante a UFJ possua estratégias relacionadas à orientação, à organização e ao desenvolvimento dos cursos de graduação para a prevenção e redução das taxas de evasão e retenção, a falta de revisão, atualização e complementação de arranjos normativos internos pode fragilizar sua efetividade e representa risco operacional e de governança.

Recomendações

Recomendação 12: À Prograd, atualizar a Instrução Normativa nº 01/2020 - R, de modo a aprimorar as diretrizes para a elaboração, submissão e alteração dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), bem como prever diretrizes claras e padronizadas de flexibilização dos PPCs, de modo a buscar a redução dos riscos de evasão e fortalecer a governança institucional.

Boas Práticas

[Instrução Normativa IFMG nº 07/2025; Guia de Orientação para Contemplar as Demandas Socioeconômico-Ambientais dos Cidadãos e do Mundo do Trabalho nos Cursos da Educação Profissional.](#)

3.7. Oportunidades de melhoria na medição de resultados e avaliação sistêmica das ações assistenciais

Foram analisadas as práticas de monitoramento e avaliação das ações de assistência estudantil no âmbito da UFJ, com foco na verificação da existência e adequação de indicadores e mecanismos que permitam mensurar o alcance dos objetivos da PNAES e da instituição.

O trabalho buscou analisar se os dados e instrumentos disponíveis possibilitam à gestão acompanhar e avaliar de forma sistemática as ações voltadas à permanência estudantil, bem como subsidiar a tomada de decisão quanto à priorização e alocação dos recursos destinados a essa área, considerando a importância da avaliação contínua para a transparência e a efetividade das políticas implementadas.

Critério

Segundo o art. 7º, IV, da Lei nº 14.914/2024, as instituições federais de ensino superior, considerando a sua autonomia, devem definir os mecanismos de acompanhamento e de avaliação do PNAES, mandamento que foi reproduzido a partir do art. 5º, parágrafo único, II, do Decreto nº 7.234/2010.

No mesmo sentido, o art. 4º, III, do Decreto nº 9.203/2017, estabelece que “monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados das políticas e das ações prioritárias para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas” é uma das diretrizes da governança pública. Além disso, ainda se tratando da normativa que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, cabe citar também que:

Art. 6º Caberá à alta administração dos órgãos e das entidades, observados as normas e os procedimentos específicos aplicáveis, implementar e manter mecanismos, instâncias e práticas de governança em consonância com os princípios e as diretrizes estabelecidos neste Decreto.

Parágrafo único. Os mecanismos, as instâncias e as práticas de governança de que trata o caput incluirão, no mínimo:

I - formas de acompanhamento de resultados;

II - soluções para melhoria do desempenho das organizações; e

III - instrumentos de promoção do processo decisório fundamentado em evidências.

Somando a isso, acrescenta-se que o TCU já recomendou aos seus jurisdicionados, em trabalhos de auditoria com objeto semelhante ao ora analisado, a realização de avaliações sistemáticas dos resultados e impactos da assistência estudantil (Acórdão TCU nº 2281/2024 – P).

Faz-se relevante esclarecer que o processo de avaliação consiste no diagnóstico mais aprofundado e detalhado dos resultados obtidos em confronto com os pretendidos, determinando o valor público gerado.

Já o monitoramento/acompanhamento consiste no processo contínuo e sistemático de levantamento de dados e observação de indicadores, com a finalidade de informar e controlar a entrega de insumos, o calendário de trabalho e verificar se os produtos estão de acordo com as metas. O monitoramento permite identificar problemas e falhas durante a execução que prejudicam as ações, os processos ou os objetivos da política pública, reunindo condições para corrigir atividades ou ajustar os planos de implementação.

Nesse sentido, segundo a 2ª edição da Lista de Alto Risco da Administração Pública Federal, a falta de transparência na execução da PNAES agrava as fragilidades das ações de assistência estudantil. Muitas instituições de ensino não divulgam informações detalhadas sobre os resultados das ações de assistência estudantil. A ausência de relatórios de avaliação e de dados abertos impede o monitoramento adequado da política e dificulta o controle social sobre o uso dos recursos públicos.

Condição

Observa-se que, internamente, ainda não foram definidos indicadores sistêmicos relacionados às ações de assistência estudantil, que permitam acompanhar e avaliar o desempenho e o alcance dos principais objetivos da PNAES e da Política de Assistência Estudantil da UFJ.

O efeito é a limitação do conhecimento sobre as próprias características da execução das ações e sobre a real contribuição da PNAES e das ações de assistência estudantil para a democratização das condições de permanência e êxito dos estudantes, o que pode comprometer a transparência e a qualidade do processo decisório de priorização e alocação dos recursos destinados à assistência estudantil.

Não obstante, observa-se que já estão sendo realizadas ações para amadurecer não somente o acompanhamento, mas também a avaliação dos resultados e impactos da assistência estudantil, a partir da aprovação da Política de Assistência Estudantil em 2025.

Foi informado que, atualmente, a Prae tem capacidade de monitorar apenas os discentes assistidos em razão do déficit de servidores. Esse monitoramento consiste em avaliações socioeconômicas no início da concessão do auxílio e periodicamente a cada dois anos. O desempenho acadêmico também é monitorado semestralmente.

Avaliações socioeconômicas iniciais, recadastramento bienal, análises de desempenho acadêmico semestrais e atendimentos psicossociais são, essencialmente, procedimentos operacionais relacionados à própria execução das ações assistenciais. Eles servem para identificar necessidades e prover serviços, mas não são, essencialmente, indicadores de desempenho da política e das ações. No mesmo sentido, a supervisão por psicólogos e psicopedagogos é essencial para o suporte ao estudante, mas corresponde a atendimento clínico/educacional.

Além disso, verificou-se que, atualmente, os dados sobre o impacto e os resultados das ações assistenciais são gerados prioritariamente para atender a demandas externas (Ministério da Educação, TCU, CGU), para utilização em plataformas específicas (SisPNAES e Censo) e demandas internas da gestão da instituição. Foi relatado que relatórios são gerados semestralmente para diferentes órgãos externos e unidades internas e que a alta administração tem acesso a eles para formulação de suas políticas e ações de permanência estudantil.

Assim, infere-se que há o levantamento de dados específicos, mas que há oportunidade de fortalecimento da sua utilização efetiva para alimentar mecanismos internos de acompanhamento e avaliação. O fortalecimento de mecanismos de medição de resultados e de avaliação pode melhorar a capacidade da instituição de tomar decisões e de monitorar e aprimorar suas próprias políticas de permanência.

Ademais, a Política de Assistência Estudantil prevê que a avaliação das ações de assistência estudantil da UFJ será realizada a cada dois anos pela CPA sob a coordenação da Prae, com base em indicadores de desempenho institucional criados como mecanismos de acompanhamento e avaliação da PAE.

Apesar disso, o intervalo de avaliação de 02 anos pode impedir a identificação tempestiva de fragilidades e oportunidades de melhorias, a fim de revisar o processo e as estratégias, considerando sua baixa granularidade temporal. É importante que os dados sobre o desempenho das ações assistenciais sejam analisados de modo que a avaliação permaneça temporalmente útil para medir os resultados que se espera dessas políticas.

Ressalta-se que são realizadas pesquisas de satisfação para os serviços de cantina e restaurante universitário, sendo que o e-mail da unidade tem sido o canal de recebimento de críticas e sugestões da comunidade acadêmica. No entanto, embora essas ações possam ser consideradas como avaliação de resultados e representem iniciativas importantes, não devem ser adotadas isoladamente no processo de avaliação, uma vez que não medem os resultados a partir de indicadores mais completos.

Assim, há a oportunidade de fortalecer os processos de medição de resultados e de avaliação da assistência estudantil, com periodicidade adequada, que promovam a análise do desempenho e do valor público gerado quanto ao alcance dos objetivos em relação à melhoria do desempenho acadêmico ou da taxa de sucesso, à diminuição das taxas de evasão e retenção e à contribuição para a permanência dos alunos assistidos.

Nesse contexto, é fundamental realizar o acompanhamento e a avaliação de forma concomitante à execução das políticas e ações, de modo a identificar tempestivamente a necessidade de adequações nos insumos e nas atividades desenvolvidas. Essa prática contribui para a mitigação dos riscos de ineficácia, ineficiência e inefetividade, além de permitir a identificação contínua de oportunidades de aprimoramento.

Cita-se que, como sugestão de mecanismos que podem auxiliar o processo de monitoramento e avaliação das ações assistenciais, podem ser definidos relatórios de avaliação, indicadores de processos, insumos, produtos, resultados e impactos, painéis de *business intelligence* e outros que possibilitem a utilização de dados desagregados. Sabe-se que a sistematização dos dados e informações coletados na fase de monitoramento da política é essencial para a sua avaliação.

Por fim, cabe reforçar que a não implementação de mecanismos sistemáticos de avaliação da política interna de assistência estudantil, incluindo a execução da PNAES, contraria o art. 7º da Lei nº 14.914/2024.

Causa

Possíveis causas: fragilidades dos sistemas de gestão e informacionais utilizados; falta de integração entre dados e sistemas; fragilidades na governança e na gestão estratégica; insuficiência de recursos.

Efeito

Possíveis efeitos: aprendizado organizacional reduzido; políticas de assistência podem permanecer estáticas; menor efetividade na promoção da permanência estudantil; limitação do conhecimento sobre a real contribuição da assistência estudantil para a democratização das condições de permanência e êxito dos estudantes; comprometimento da transparência e da qualidade do processo decisório.

Conclusão

As práticas de governança e gestão estratégica da assistência estudantil relacionadas a monitoramento e avaliação devem ser aprimoradas, com fins de subsidiar o aperfeiçoamento das políticas e ações assistenciais e aperfeiçoar a tomada de decisão.

Recomendações

Recomendação 13: À Prae, definir e divulgar um conjunto mínimo de indicadores ou mecanismos sistêmicos de acompanhamento e avaliação da execução e resultados das ações de assistência estudantil, que garantam utilização de dados desagregados, com periodicidades adequadas, mantendo a avaliação bienal prevista no parágrafo único do art. 23 da PAE, que será suportada pelos dados de acompanhamento e avaliação internos.

Boas Práticas

[Painel de indicadores da assistência estudantil da UFG](#); [Relatório de Avaliação do Pnaes UFOP](#); [Painéis da assistência estudantil da UFC](#); [Painel de Dados da Assistência Estudantil UFOB](#); [Monitoramento e Avaliação da Assistência Estudantil da UFCG/Campina Grande - Análise de Indicadores](#);

3.8. Oportunidade de ampliação e fortalecimento do gerenciamento de riscos relacionados aos objetivos da PNAES

Foi examinada a existência de práticas de gerenciamento de riscos no âmbito da execução da PNAES e das políticas internas de assistência estudantil, como um elemento essencial para a boa governança. A avaliação buscou verificar se são adotadas práticas que contribuem com a redução das incertezas que envolvem a definição e a execução da estratégia e o atingimento dos objetivos, de modo a auxiliar na otimização de resultados.

Critério

A prática de gerir riscos está intimamente relacionada com o fato de que as atividades de qualquer instituição envolvem riscos que, sem o gerenciamento adequado, poderão se concretizar e comprometer sua capacidade de gerar, preservar ou entregar valor público.

Nessa perspectiva, o art. 13 da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016 estabelece que “os órgãos e entidades do Poder Executivo federal deverão implementar, manter, monitorar e revisar o processo de gestão de riscos, compatível com sua missão e seus objetivos estratégicos [...]”.

Com efeito, o Decreto nº 9.203/2017, que trata da política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, determina que:

Art. 17. A alta administração das organizações da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverá estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistema de gestão de riscos e controles internos com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e a consecução dos objetivos da organização no cumprimento da sua missão institucional [...]

De igual modo, o TCU já expediu determinação, no âmbito de auditoria operacional, para que o órgão jurisdicionado auditado estabelecesse controles internos com base no mapeamento e avaliação de riscos dos processos de transferência de recursos federais a outros entes da federação (Acórdão TCU nº 901/2021 – P).

Condição

Os atos de identificação e análise dos riscos relacionados aos objetivos e execução da PNAES ocorrem essencialmente no âmbito do acompanhamento dos serviços prestados pelas cantinas e pelo restaurante universitário.

Ademais, observou-se que, para os demais processos e serviços, essa abordagem é reativa (provocada por órgãos de controle), ou seja, não integra efetivamente a gestão dos demais processos de trabalho relacionados aos objetivos da PNAES. Não obstante o gerenciamento de riscos realizado no contexto dos serviços prestados pelas cantinas e pelo restaurante universitário, verificou-se que, para os demais processos, os riscos são analisados majoritariamente após demandas específicas, não como rotina integrada ao planejamento e execução das ações de assistência estudantil.

Desse modo, essa situação pode gerar lacunas no planejamento, tornar a gestão vulnerável, reduzir a capacidade de lidar com eventos futuros e de corrigir e aprimorar, antecipadamente, as iniciativas de assistência estudantil.

Considerando o nível incipiente da maturidade institucional quanto à abordagem de gestão de riscos, assim como a ausência de uma política formal da instituição com diretrizes para a gestão de riscos, esta equipe de auditoria compreende a complexidade das mudanças necessárias para a institucionalização do gerenciamento de riscos e reconhece que sua implementação exige ações graduais e articuladas.

Apesar das limitações existentes, entende-se ser possível avançar por meio de medidas factíveis e gradativas que integrem a identificação, análise e avaliação de riscos ao planejamento estratégico e às rotinas operacionais da PNAE, principalmente àquelas relacionadas à execução da PNAES.

Assim, é recomendável que a unidade amplie o gerenciamento de riscos, de forma gradual, por meio de pequenas ações articuladas que promovam o amadurecimento dessa abordagem. Mesmo sem um documento organizacional formal de política de gestão de riscos, pode-se fortalecer a unidade com ações concretas. Essas medidas visam ampliar as ações e, simultaneamente, estabelecer as bases para a futura formalização de uma política institucional.

Causa

Possíveis causas: grau incipiente da abordagem de gestão de riscos na instituição; ausência de capacitações; cultura reativa; ausência de metodologias consolidadas; déficit de pessoal.

Efeito

Possíveis efeitos: riscos de tomada de decisão sem subsídios; ineficiência para responder a eventos de ameaça ou de oportunidade; riscos de alocação e uso inapropriado dos recursos.

Conclusão

A unidade realiza o gerenciamento de riscos para serviços específicos, evidenciando a oportunidade de fortalecimento e ampliação da abordagem para integrar os demais processos e o planejamento estratégico e seus desdobramentos, a fim de reduzir os riscos relacionados aos objetivos da PNAES.

Recomendações

Recomendação 14: À Prae, ampliar e fortalecer, de forma gradual e compatível com a sua realidade, o gerenciamento de riscos relacionado à execução da PNAES, à política de assistência estudantil interna e ao planejamento da unidade, a fim de amparar o alcance dos seus objetivos.

3.9. Fragilidades dos controles para identificar a manutenção dos requisitos dos beneficiários do PNAES e da transparência ativa sobre a execução da PNAES

Foi examinada a existência dos mecanismos de controles internos relacionados à execução da PNAES e às políticas internas de assistência estudantil da UFJ, com o objetivo de verificar se tais práticas contribuem para reduzir incertezas que possam comprometer o alcance dos objetivos. A investigação teve por fim subsidiar a avaliação da adequação dos controles internos, bem como apoiar a preservação e a eficiência na gestão dos recursos da PNAES.

Critério

Dialogando com o achado anterior, a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016 impõe aos órgãos e entidades do Poder Executivo federal o dever de implementar, manter, monitorar e revisar os controles internos da gestão, baseados na identificação, na avaliação e no gerenciamento de riscos que possam impactar a consecução dos objetivos definidos.

A referida norma traz a definição de controles internos, que representam:

controles internos da gestão: conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela direção e pelo corpo de servidores das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os seguintes objetivos gerais serão alcançados:

a) execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações; b) cumprimento das obrigações de *accountability*; c) cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis; e d) salvaguarda dos recursos para evitar perdas, mau uso e danos. O estabelecimento de controles internos no âmbito da gestão pública visa essencialmente aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidos sejam alcançados, de forma eficaz, eficiente, efetiva e econômica.

No mesmo sentido, o Decreto nº 9.203/2017 dispõe que o controle é um dos mecanismos para o exercício da governança pública. Segundo o art. 5º, III, do referido instrumento:

Art. 5º São mecanismos para o exercício da governança pública:

[...]

III - controle, que compreende processos estruturados para mitigar os possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e para garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades da organização, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos.

Adicionalmente, em relação à Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o art. 32 da Lei nº 14.914/2024 estabelece que as informações que envolvem a execução da PNAES deverão ser amplamente divulgadas nos sítios na internet das instituições.

No mesmo sentido, a 2ª edição da Lista de Alto Risco da Administração Pública Federal, a falta de transparência na execução da PNAES agrava as fragilidades das ações de assistência estudantil. Muitas instituições de ensino não divulgam informações detalhadas sobre os beneficiários ou os resultados das ações de assistência estudantil. A ausência de dados abertos impede o monitoramento adequado da política e dificulta o controle social sobre o uso dos recursos públicos.

Nessa perspectiva, o TCU (Acórdão TCU nº 2281/2024 - P) já recomendou aos seus jurisdicionados que:

9.2.6. divulguem, em ferramenta de transparência ativa, informações dos beneficiários do PAE contendo, no mínimo, nome, tipo de bolsa/auxílio, valor e período de competência;

Condição

Constatou-se que a avaliação do rendimento acadêmico é realizada semestralmente, apenas com o objetivo de identificar alunos bolsistas com maior retenção, para o acompanhamento psicopedagógico.

A cada dois anos, é realizado o recadastramento socioeconômico, quando é verificada a continuidade das condições de vulnerabilidade dos discentes, que justifiquem a manutenção da bolsa. Uma maior frequência nesta avaliação tem sido limitada pelo reduzido número de assistentes sociais lotados na Prae. Além disso, foi informado que mensalmente o status dos bolsistas é verificado, com a finalidade de identificar discentes graduados, trancados ou evadidos. Esta rotina impede que discentes sem vínculo ativo com a UFJ recebam bolsas.

A granularidade temporal dessas verificações (recadastramento socioeconômico) pode ser muito espaçada para capturar tempestivamente casos em que o aluno deixa de cumprir requisitos para a concessão do benefício, resultando na possibilidade de recebimento indevido durante longos períodos e na exclusão de potenciais beneficiários. Nota-se a necessidade de otimizar os controles internos na gestão dos recursos da PNAES, a fim de evitar o risco de eventual concessão indevida de benefício.

Nessa perspectiva, verificou-se também a ausência de informações essenciais para a transparência ativa da execução da PNAES no site da Prae, como: os nomes dos beneficiários, período de recebimento e o tipo e valor do benefício recebido por estudante; valor gasto com cada modalidade de auxílio; despesas realizadas com bens e serviços destinados à assistência estudantil, detalhando valor da despesa, quantidades adquiridas e o nome dos estudantes beneficiados.

A divulgação desses dados é uma medida que pode auxiliar a tomada de decisão e o controle social. O controle social sobre a utilização dos recursos da PNAES é fundamental para auxiliar que os auxílios cheguem aos estudantes que mais precisam. A atuação dos próprios estudantes, que são os principais beneficiários da política, é importante. Eles podem auxiliar a monitorar o recebimento dos auxílios e relatar eventuais problemas.

Causa

Possíveis causas: déficit de pessoal; recursos tecnológicos insuficientes; falta de gerenciamento de riscos; ausência de rotinas formalizadas de atualização e divulgação de informações.

Efeito

Possíveis efeitos: risco de concessão indevida de benefício e exclusão de potenciais beneficiários; restrição da visibilidade da aplicação dos recursos públicos, dificuldade no controle social.

Conclusão

Por mais que seja necessário confrontar o risco de eventual concessão indevida de benefício com as especificidades e procedimentos do processo de concessão (eventual complexidade e morosidade dos atos; dificuldade de obter a documentação exigida), também é necessário estabelecer ou adequar controles internos proporcionais aos riscos, de maneira a considerar suas causas, consequências, probabilidade e impactos, observada a relação custo-benefício. Assim, o fortalecimento dos controles internos é uma medida capaz de contribuir com o cumprimento dos objetivos institucionais e da PNAES.

Além disso, a divulgação de informações que envolvem a execução da PNAES deve ser fortalecida a fim de garantir a transparência e o controle social.

Recomendações

Recomendação 15: À Reitoria, adotar medidas para adequar a alocação de recursos humanos na Prae, com a finalidade de garantir a execução tempestiva e eficaz das atividades relacionadas à gestão da política de assistência estudantil.

Recomendação 16: À Prae, realizar acompanhamento regular por meio de amostragem estratificada (ex.: percentual ou uma quantidade mínima de beneficiários por modalidade) para verificação da manutenção das condições de vulnerabilidade e de elegibilidade.

Recomendação 17: À Prae, realizar a divulgação e a atualização periódica das informações sobre a execução da PNAES no site da Prae, incluindo: (i) publicação da relação de beneficiários, valores pagos, período de recebimento e demais dados pertinentes quanto à execução da PNAES; (ii) divulgar canais oficiais de contato e de denúncia/registro de irregularidades, observando cuidados para a promoção de uma cultura de controle social responsável.

Boas Práticas:

[Denúncia Problem UFPR](#).

3.10. Oportunidade de exploração de requisitos suplementares para a seleção de beneficiários

Foi examinada a existência de processo de revisão dos critérios de seleção dos auxílios assistenciais, com o objetivo de verificar se as práticas adotadas contribuem para o cumprimento dos objetivos da PNAES.

Critério

A Lei nº 14.914/2024 confere autonomia às instituições federais de ensino superior, observado o disposto na referida lei e em sua regulamentação, para definir outros critérios de seleção de beneficiários além dos definidos pela norma, a fim de garantir que a assistência estudantil possa alcançar diferentes fatores de vulnerabilidade. De acordo com o art. 7º da referida lei:

Art. 7º No âmbito de sua autonomia, as instituições federais de ensino superior e as instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, observado o disposto nesta Lei e em sua regulamentação, definirão:

I - os critérios e a metodologia para a seleção dos beneficiários do PAE;

- II - a documentação exigível para a comprovação de elegibilidade;
- III - os requisitos adicionais para a percepção de assistência estudantil;
- [...]

Nesse sentido, o art. 3º da Política de Assistência Estudantil da UFJ estabelece que a política será orientada, entre outros, pelo princípio da gestão democrática e pela transparência na execução dos recursos, benefícios, ações, programas e projetos da assistência estudantil, bem como nos critérios para a obtenção e sua manutenção.

Ademais, de acordo com o art. 31 da Política de Assistência Estudantil da UFJ “Caberá à PRAE estabelecer e aprimorar os critérios, procedimentos e editais específicos para o cumprimento da presente Política, bem como os mecanismos de monitoramento e avaliação de seus resultados e impactos.”.

Condição

Verificou-se que a PRAE realiza o processo de revisão dos critérios de seleção dos editais de auxílio e serviços assistenciais. Apesar disso, há a oportunidade de maior exploração da utilização de dados sobre o perfil socioeconômico dos discentes e exploração de requisitos suplementares (complementares), além dos requisitos mínimos previstos em lei, para a seleção de beneficiários, a fim de identificar e alcançar outros fatores de vulnerabilidade social.

Quanto a esse aspecto, a PRAE informou que já utilizou o estudo do perfil socioeconômico realizado no momento da matrícula para subsidiar a elaboração de editais específicos. Trata-se de uma prática relevante para assegurar que os critérios adotados reflitam o perfil socioeconômico dos estudantes. Contudo, essa prática deve ser fortalecida, sistematizada e aplicada de forma recorrente, de modo a garantir que os critérios sejam continuamente ajustados às mudanças no perfil discente e contribuam para a ampliação da identificação de diferentes situações de vulnerabilidade social.

Observou-se que a revisão dos critérios tem sido realizada internamente pela equipe de planejamento e gestão da PRAE, que também considera demandas apresentadas em fóruns estudantis. Ademais, a PRAE informou que há a expectativa de que a Câmara de Políticas Estudantis, que será composta por toda a comunidade acadêmica, possa assessorar a revisão destes critérios.

Após análise dos editais de auxílios e bolsas de assistência estudantil⁴, observou-se que a maior parte dos critérios de seleção/elegibilidade, nestes casos, permaneceu estática entre 2021 e 2025:

- a) estar regularmente matriculado no curso de graduação e/ou em componentes curriculares, com status ativo no sigaa;
- b) cursar preferencialmente a primeira graduação;
- c) ser preferencialmente ingressante por cotas, nas modalidades renda inferior e/ou preto, pardo e indígena, e/ou pessoa com deficiência;
- d) apresentar renda familiar mensal de até 1,5 SM/1 SM
- e) ser oriundo prioritariamente da rede pública de educação básica;
- f) não possuir pendências junto à PRAE;
- g) apresentar os documentos exigidos para análise do perfil socioeconômico.

Apenas 3 dos 8 editais analisados apresentaram outros critérios, como:

- a) não ser bolsista da prae, contemplada/o com auxílios/bolsas estudantis específicas;
- b) ausência de mudança de curso;
- c) não possuir pendências junto à biblioteca.

⁴ Edital nº 08/2025; Edital de Chamamento nº 04/2025; Edital nº 04/2024; Edital nº 05/2023; Edital nº 01/2023; Edital nº 05/2022; Edital nº 02/2022; Edital nº 05/2021.

O art. 5º do Decreto nº 7.234/2010 tratava como público-alvo prioritário do PNAES os estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

No mesmo sentido, a Lei nº 14.914/2024 dispõe sobre o público-alvo prioritário do Programa de Assistência Estudantil, estabelecendo requisitos mínimos, sem prejuízo de outros suplementares estabelecidos pela instituição.

Observa-se que as instituições federais de ensino superior possuem certa autonomia para definir critérios complementares e a metodologia para a seleção dos beneficiários do programa de assistência estudantil. Assim, há espaço para explorar possíveis requisitos suplementares. A exploração dessa autonomia para definir critérios adicionais e complementares é essencial para que alunos com outras formas de vulnerabilidade social possam ser alcançados pela assistência estudantil.

A subutilização de outros fatores de vulnerabilidade social como critérios suplementares de seleção de beneficiários da PNAES pode aumentar os riscos de que parte dos discentes vulneráveis não seja alcançada pela assistência estudantil. Por conseguinte, as taxas de retenção e evasão também podem aumentar, bem como a continuidade de desigualdades sociais.

Considerando os objetivos da PNAES de democratizar e garantir as condições de permanência de estudantes na educação pública federal e minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão de estudantes nos cursos da educação pública federal, adotar critérios complementares aos critérios mínimos definidos na legislação pode contribuir com o alcance dos objetivos da política.

Nesse contexto, foi informado pela Prograd que, no período das matrículas de 2025, foi aplicado um questionário socioeconômico aos ingressantes, com participação de 618 ingressantes. Dentre várias perguntas, havia algumas que levantaram informações que permitiam estabelecer o perfil dos alunos.

Assim, reforça-se a necessidade de aprimorar e institucionalizar o levantamento do perfil socioeconômico e demográfico da comunidade estudantil, para subsidiar políticas de assistência estudantil. O levantamento e análise desse perfil podem auxiliar a tomada de decisão quanto a outras características socioeconômicas e demográficas que poderiam ensejar o direito à assistência estudantil.

Causa

Possíveis causas: fragilidades no planejamento e gestão estratégica; déficit de pessoal; limitações tecnológicas de sistemas.

Efeito

Possíveis efeitos: riscos de que parte dos discentes vulneráveis não seja alcançada pela assistência estudantil, aumentando a probabilidade da evasão.

Conclusão

Embora a revisão dos critérios seja realizada pela unidade, observa-se que a instituição pode aproveitar sua autonomia para definir critérios suplementares de seleção de beneficiários da PNAES, além dos requisitos mínimos previstos em lei, baseados em outros fatores de vulnerabilidade social.

Recomendações

Recomendação 18: À Prae, explorar a autonomia institucional para definir requisitos suplementares aos mínimos legalmente estabelecidos para a seleção de beneficiários, de modo a contemplar múltiplas dimensões de vulnerabilidade social. Para tanto, recomenda-se que o processo de revisão dos critérios de elegibilidade da PNAES seja sistematicamente subsidiado por estudos e pesquisas sobre o perfil socioeconômico dos estudantes, bem como por contribuições provenientes da participação estudantil.

Recomendação 19: À Prograd e à Prae, em consonância com as respectivas competências, fortalecer a pesquisa do perfil socioeconômico e demográfico dos alunos e compartilhar os resultados, dados e análises com as diversas unidades que trabalham de forma articulada para promover a permanência estudantil e democratização do ensino.

3.11. Práticas de gestão e governança do Programa de Monitoria com aspectos positivos e com oportunidades de fortalecimento

Foram examinadas práticas de governança e de gestão do Programa de Monitoria. A equipe de auditoria realizou os trabalhos objetivando verificar se as práticas institucionais favorecem a eficiência, a efetividade e a avaliação de resultados das ações de monitoria, bem como o envolvimento do monitor e a existência de mecanismos de produção de dados que subsidiem a tomada de decisão e a avaliação do programa.

Critério

De acordo com o Decreto nº 9.203/2017, constituem-se diretrizes da governança pública:

Art. 4º São diretrizes da governança pública:

[...]

III - monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados das políticas e das ações prioritárias para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas.

Adicionalmente, de acordo com a Resolução Cepepe UFJ nº 02/2025, são objetivos do programa de monitoria:

Art. 2º O Programa de Monitoria nos Cursos de Graduação da UFJ tem por objetivos:

I – ampliar a participação dos discentes de graduação nas atividades de ensino e de aprendizagem na Universidade;

II – contribuir para a melhoria do ensino nos cursos de graduação;

III – desenvolver capacidades de análise e crítica incentivando o(a) discente monitor(a) a adquirir hábitos de estudo, planejamento de ensino, interesse e habilidades para a docência;

IV – aprofundar conhecimentos teóricos e práticos na disciplina ou módulo em que estiver atuando como monitor(a), de acordo com os objetivos do projeto de ensino e do plano de trabalho para monitoria;

V – incentivar a cooperação do(a) monitor(a) com o corpo docente e discente nas atividades de ensino e aprendizagem; e

VI – contribuir para a permanência dos discentes nos cursos de graduação da UFJ.

(grifos nossos)

Condição

No regulamento do programa de monitoria, Resolução Cepepe nº 02/2025, a taxa de reprovação foi considerada como critério para distribuição de bolsas entre componentes curriculares dos cursos, sendo uma boa prática. A inclusão da taxa de reprovação como critério de distribuição de bolsas é medida alinhada à priorização de componentes com maiores dificuldades de aprendizagem.

Além disso, foi informado pela Prograd que, em uma iniciativa conjunta, iniciada em 2025.2, a coordenação do Programa de Monitoria e a coordenação do Programa de Nivelamento estabeleceram critérios e indicadores para investigar a correlação entre a monitoria, o nivelamento e o sucesso acadêmico. Assim, considera-se que o acompanhamento por meio de mecanismos específicos é essencial para a produção de dados que apoiem a tomada de decisão e para a avaliação dos resultados e impactos das ações.

Ao ser questionada sobre como a instituição garante o envolvimento dos discentes no planejamento da monitoria e se é coletado o *feedback* dos alunos para assegurar a melhoria contínua e alinhamento com as expectativas e necessidades dos alunos, a Prograd informou que a resolução respectiva traz a participação dos discentes no planejamento, a partir do momento em que afirma que o plano de trabalho deverá ser feito pelos monitores, com a orientação do professor orientador. Também informou que, atualmente, existe comissão empenhada em reformular o modelo de relatório final da monitoria para que contemple, dentre outras questões, o *feedback* ampliado dos discentes que participaram da monitoria.

Aliado ao estabelecimento de indicadores e outras ferramentas de acompanhamento e avaliação do programa, o *feedback* de avaliação da monitoria é um instrumento que pode complementar o acompanhamento e avaliação do programa.

Nesse contexto, a fim de aumentar a eficiência dos programas de monitoria, há espaço para a promoção de capacitação/formação dos monitores antes do início das atividades.

Ademais, cita-se como boa prática a definição de monitoria de apoio e inclusão pela Universidade Federal de Uberlândia (Resolução Congrad nº 141/2024), que compreende ações de auxílio e acompanhamento aos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação e outras.

Causa

Possíveis causas: fragilidades na governança institucional e na gestão estratégica; insuficiência de recursos.

Efeito

Possíveis efeitos: limitação do potencial das ações de monitoria; tomada de decisão prejudicada.

Conclusão

As práticas observadas apresentam fundamentos positivos. No entanto, existem oportunidades de fortalecimento que, se implementadas, podem potencializar a efetividade do Programa de Monitoria.

Recomendações

Recomendação 20: À Prograd, estimular a capacitação/formação dos monitores antes do início das atividades, para aumentar as competências do monitor, fortalecendo sua participação ativa no processo pedagógico.

Recomendação 21: À Prograd, fortalecer o monitoramento e avaliação dos programas de monitoria, promovendo: (i) implementar instrumentos de recolhimento sistemático de *feedback* contínuo, como questionários periódicos a monitores, professores, coordenadores de monitoria e aos seus usuários, permitindo diagnósticos detalhados que orientam ajustes e melhorias no programa; (ii) fortalecer a definição de indicadores e mecanismos de avaliação relacionados aos programas (ex.: taxa de participação, evolução da retenção em matérias com monitoria), a fim de medir resultados, avaliar impactos e promover uma gestão mais efetiva do programa de monitoria, com foco na melhoria contínua.

Boas Práticas

[Cursos selecionados para monitoria da UFF](#)

4. RECOMENDAÇÕES

Apresenta-se no Quadro 1 a relação dos achados de auditoria com as respectivas recomendações.

Quadro 1 - Achados de auditoria e recomendações.

ACHADO	RECOMENDAÇÃO
<p>1. Oportunidades de melhoria da transparência ativa de informações da assistência estudantil e de informações da vida acadêmica</p>	<p>Recomendação 01: À <u>Prae</u>, fortalecer a atualização contínua e a ampla divulgação das informações de interesse estudantil, principalmente quanto aos serviços ofertados e sobre a execução da PNAES, em seu site institucional e demais canais oficiais, a fim de evitar exclusão digital de discentes que não utilizam redes sociais.</p> <p>Recomendação 02: À <u>Prae</u>, adotar procedimentos padronizados para a publicação de editais e seus resultados, assegurando, no site institucional, a reorganização dos editais por semestre, modalidade de auxílio/bolsa ou outro critério de organização, e a continuidade da completude de informações sobre o mesmo processo seletivo em publicação única, contendo todos os documentos pertinentes.</p> <p>Recomendação 03: À <u>Prograd</u>, fortalecer a divulgação contínua e a transparência ativa dos programas, ações, oportunidades e demais informações relativas à vida acadêmica, destinadas tanto aos alunos ingressantes quanto aos veteranos, mediante a formalização de rotinas periódicas de comunicação e sensibilização sobre assuntos estratégicos. Recomenda-se, ainda, indicar de forma explícita os canais oficiais nos quais podem ser consultadas informações completas e atualizadas.</p> <p>Recomendação 04: À <u>Prograd</u>, no âmbito de suas competências, fortalecer procedimentos formais e periódicos que permitam a avaliação e obtenção de informações que retratem a percepção dos discentes sobre as ações implementadas, a fim de complementar a avaliação dos seus resultados. Espera-se que o retorno da comunidade acadêmica seja sistematicamente coletado e analisado para retroalimentar as estratégias da gestão, assegurando a melhoria contínua dos processos, produtos e serviços prestados.</p>
<p>2. Oportunidade para ampliar os critérios de reserva de vagas (cotas) nos processos seletivos da UFJ</p>	<p>Recomendação 05: À <u>Reitoria e ao CGA</u>, em articulação com as demais unidades envolvidas, explorar a possibilidade de estabelecer critérios de cotas destinadas a grupos socialmente minorizados, prevista na Resolução Cepepe UFJ nº 05/2025, bem como elaborar normas internas que regulamentem as formas de ingresso na graduação na UFJ, com possibilidade de criação de novas cotas e aplicação de cotas em outros processos seletivos além do SiSU, bem como de processos seletivos autônomos ou complementares</p>

	exclusivamente voltados para estudantes que se enquadrem em critérios de ação afirmativa, adaptados à realidade local.
<p>3. Carência de diretrizes internas que regulamentem a oferta de vagas remanescentes</p>	<p>Recomendação 06: À <u>Reitoria e ao CGA</u>, em articulação com as demais unidades envolvidas, elaborar norma interna que discipline a gestão das vagas remanescentes nos cursos de graduação, prevendo, no mínimo: (i) responsabilidades, diretrizes e procedimentos institucionais para identificação, definição e oferta das vagas remanescentes.</p>
<p>4. Ações relevantes de monitoramento da retenção e oportunidade de melhoria do levantamento, análise e compartilhamento de informações sobre as causas da evasão</p>	<p>Recomendação 07: À <u>Prograd</u>, institucionalizar, em conjunto com as demais unidades administrativas e acadêmicas envolvidas, processo de diagnóstico formal e estruturado para levantamento, análise e divulgação de dados sobre evasão, com definição de procedimentos, responsabilidades e indicadores padronizados, bem como avaliar a necessidade de definir instâncias formais e permanentes responsáveis por executar ações de prevenção e combate à evasão. Recomenda-se ainda ampliar os mecanismos de escuta dos discentes, de modo a retroalimentar a estratégia institucional com informações consistentes, subsidiando diagnósticos e a formulação de políticas mais efetivas de permanência estudantil.</p> <p>Recomendação 08: À <u>Prograd</u>, fortalecer rotinas formais e padronizadas para o monitoramento da retenção e do rendimento acadêmico em todos os cursos de graduação, que contemplem mecanismos mínimos e padronizados de acompanhamento, integração com relatórios da CPA e o compartilhamento dos dados e informações.</p> <p>Recomendação 09: À <u>Reitoria e à Prograd</u>, estabelecer um fluxo institucional para acompanhamento de ex-alunos que não concluíram o curso de graduação, a fim de identificar suas situações acadêmicas e socioeconômicas, registrar as causas da interrupção, oferecer alternativas de retorno ou encaminhamento (reingresso, aproveitamento de disciplina, orientação sobre programas de assistência) e gerar informações gerenciais que subsidiem políticas de permanência e de combate à evasão.</p> <p>Recomendação 10: À <u>Reitoria, à Prae e à Prograd</u>, instituir um fluxo institucional e formal de comunicação e governança de dados entre as unidades estrategicamente envolvidas com a permanência estudantil e sucesso acadêmico (Prograd, Prae, NDEs, NAI, CAAF, coordenações, docentes), com a finalidade de articular esforços, padronizar indicadores e assegurar o compartilhamento confiável e tempestivo de informações que subsidiem a tomada de decisão e a retroalimentação das políticas e programas.</p>
<p>5. Existência de acompanhamento e avaliação das ações de recepção com oportunidades de fortalecimento</p>	<p>Recomendação 11: À <u>Prograd e à Prae</u>, adotar estratégias articuladas e em consonância com as respectivas competências para melhorar o alcance das ações de recepção e para ampliar a participação estudantil nos instrumentos de avaliação do acolhimento institucional.</p>

<p>6. Oportunidade de revisão das diretrizes internas sobre a elaboração dos PPCs</p>	<p>Recomendação 12: À <u>Prograd</u>, atualizar a Instrução Normativa nº 01/2020 - R, de modo a aprimorar as diretrizes para a elaboração, submissão e alteração dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), bem como prever diretrizes claras e padronizadas de flexibilização dos PPCs, de modo a buscar a redução dos riscos de evasão e fortalecer a governança institucional.</p>
<p>7. Oportunidades de melhoria na medição de resultados e avaliação sistêmica das ações assistenciais</p>	<p>Recomendação 13: À <u>Prae</u>, definir e divulgar um conjunto mínimo de indicadores ou mecanismos sistêmicos de acompanhamento e avaliação da execução e resultados das ações de assistência estudantil, que garantam utilização de dados desagregados, com periodicidades adequadas, mantendo a avaliação bienal prevista no parágrafo único do art. 23 da PAE, que será suportada pelos dados de acompanhamento e avaliação internos.</p>
<p>8. Oportunidade de ampliação e fortalecimento do gerenciamento de riscos relacionados aos objetivos da PNAES</p>	<p>Recomendação 14: À <u>Prae</u>, ampliar e fortalecer, de forma gradual e compatível com a sua realidade, o gerenciamento de riscos relacionado à execução da PNAES, à política de assistência estudantil interna e ao planejamento da unidade, a fim de amparar o alcance dos seus objetivos.</p>
<p>9. Fragilidades dos controles para identificar a manutenção dos requisitos dos beneficiários do PNAES e da transparência ativa sobre a execução da PNAES</p>	<p>Recomendação 15: À <u>Reitoria</u>, adotar medidas para adequar a alocação de recursos humanos na Prae, com a finalidade de garantir a execução tempestiva e eficaz das atividades relacionadas à gestão da política de assistência estudantil.</p> <p>Recomendação 16: À <u>Prae</u>, realizar acompanhamento regular por meio de amostragem estratificada (ex.: percentual ou uma quantidade mínima de beneficiários por modalidade) para verificação da manutenção das condições de vulnerabilidade e de elegibilidade.</p> <p>Recomendação 17: À <u>Prae</u>, realizar a divulgação e a atualização periódica das informações sobre a execução da PNAES no site da Prae, incluindo: (i) publicação da relação de beneficiários, valores pagos, período de recebimento e demais dados pertinentes quanto à execução da PNAES; (ii) divulgar canais oficiais de contato e de denúncia/registo de irregularidades, observando cuidados para a promoção de uma cultura de controle social responsável.</p>
<p>10. Oportunidade de exploração de requisitos suplementares para a seleção de beneficiários</p>	<p>Recomendação 18: À <u>Prae</u>, explorar a autonomia institucional para definir requisitos suplementares aos mínimos legalmente estabelecidos para a seleção de beneficiários, de modo a contemplar múltiplas dimensões de vulnerabilidade social. Para tanto, recomenda-se que o processo de revisão dos critérios de elegibilidade da PNAES seja sistematicamente subsidiado por estudos e pesquisas sobre o perfil socioeconômico dos estudantes, bem como por contribuições provenientes da participação estudantil.</p> <p>Recomendação 19: À <u>Prograd</u> e à <u>Prae</u>, em consonância com as respectivas competências, fortalecer a pesquisa do perfil socioeconômico e demográfico dos alunos e</p>

	<p>compartilhar os resultados, dados e análises com as diversas unidades que trabalham de forma articulada para promover a permanência estudantil e democratização do ensino.</p>
<p>11. Práticas de gestão e governança do Programa de Monitoria com aspectos positivos e com oportunidades de fortalecimento</p>	<p>Recomendação 20: À <u>Prograd</u>, estimular a capacitação/formação dos monitores antes do início das atividades, para aumentar as competências do monitor, fortalecendo sua participação ativa no processo pedagógico.</p> <p>Recomendação 21: À <u>Prograd</u>, fortalecer o monitoramento e avaliação dos programas de monitoria, promovendo: (i) implementar instrumentos de recolhimento sistemático de <i>feedback</i> contínuo, como questionários periódicos a monitores, professores, coordenadores de monitoria e aos seus usuários, permitindo diagnósticos detalhados que orientam ajustes e melhorias no programa; (ii) fortalecer a definição de indicadores e mecanismos de avaliação relacionados aos programas (ex.: taxa de participação, evolução da retenção em matérias com monitoria), a fim de medir resultados, avaliar impactos e promover uma gestão mais efetiva do programa de monitoria, com foco na melhoria contínua.</p>

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho visou avaliar o acesso e a permanência nos cursos de graduação, com foco nas políticas e ações de assistência estudantil, no suporte à trajetória acadêmica sustentável, nas estratégias de combate à evasão e retenção, na democratização do acesso e na gestão de vagas remanescentes.

A avaliação teve como principal objetivo avaliar a existência, adequação e eficácia das práticas institucionais, bem como identificar as áreas que demandam melhorias. Buscou-se compreender em que medida as políticas, ações e serviços constituem instrumentos efetivos de promoção do acesso, de apoio à permanência e de fomento ao sucesso acadêmico. O trabalho também visou oferecer subsídios e recomendações que possam contribuir para a otimização dos processos e da gestão, com foco na transparência, governança, gestão de riscos, controles internos e na gestão estratégica.

A avaliação revelou que a UFJ desenvolve iniciativas relevantes que contribuem para a prevenção da evasão e da retenção, mas existem fragilidades e pontos de melhoria que podem ser explorados. Ademais, há lacunas normativas e operacionais que impactam o potencial de democratização e aproveitamento de vagas autorizadas. No mesmo sentido, as práticas existentes fornecem base para a execução da PNAES, mas apresentam fragilidades que podem comprometer a efetividade, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos.

Cumprido ressaltar que o presente trabalho não pretende esgotar o universo de análises sobre acesso e permanência na graduação, nem formular soluções conclusivas para o problema da evasão. Trata-se de uma avaliação diagnóstica das práticas institucionais e de identificação de áreas passíveis de aprimoramento, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão.

Apesar de todas as dificuldades e desafios existentes, foi observado que a instituição vem promovendo iniciativas e práticas relevantes para evitar e combater a evasão e retenção na graduação. Cita-se que, embora conte com quadro de pessoal reduzido frente às demandas da unidade, a Prae vem empenhando esforços contínuos para garantir que os serviços de assistência estudantil gerem o valor público esperado.

Não obstante, foram identificadas fragilidades e oportunidades de melhoria nos processos de transparência e divulgação de informações referentes à vida acadêmica e à assistência estudantil, bem como à execução da PNAES. Com base nessas constatações, foram formuladas recomendações voltadas a assegurar que os discentes disponham das orientações e informações necessárias à adaptação, ao desenvolvimento de sua trajetória acadêmica, ao êxito na graduação e ao controle social.

Paralelamente, constatou-se a existência de ações relevantes de monitoramento da retenção, bem como oportunidades de aprimoramento na coleta e sistematização das informações relativas às causas da evasão. Identificaram-se, ainda, oportunidades de melhoria no compartilhamento e na comunicação dessas informações entre as unidades acadêmicas e administrativas envolvidas nas práticas de incentivo à permanência e ao sucesso na graduação.

Observou-se, também, espaço para fortalecer o acompanhamento e avaliação da cobertura e efetividade das ações de acolhimento e recepção, a fim de aumentar o seu alcance e ajustá-las às reais necessidades dos alunos.

Quanto às estratégias de combate à evasão e retenção, observou-se que são adotadas práticas para afastar a rigidez dos PPCs. No entanto, notou-se a oportunidade de revisão e atualização do normativo interno que regulamenta o assunto.

A análise das ações voltadas ao ingresso na graduação evidenciou que a UFJ tem promovido esforços para ampliar o acesso e democratizar o ensino superior. Constatou-se

oportunidade de ampliação dos critérios de cotas e de criação de processos seletivos complementares, de modo a fortalecer a equidade e a representatividade no acesso. Verificou-se, também, a ausência de diretrizes internas que incentivem e orientem a oferta de vagas remanescentes, o que pode limitar o aproveitamento do potencial da infraestrutura institucional e a eficiência na ocupação das vagas autorizadas.

A avaliação evidenciou que as práticas de governança e gestão da assistência estudantil apresentam fragilidades e oportunidades de aprimoramento que podem impactar a efetividade, eficiência, eficácia e equidade no alcance dos objetivos da PNAES e das metas institucionais. Nesse contexto, as recomendações formuladas visam apoiar a gestão na identificação de oportunidades de melhoria, contribuindo para o aperfeiçoamento dos processos e práticas institucionais, fortalecimento da governança e ampliação do valor público gerado pelas políticas de assistência estudantil.

Destacam-se iniciativas que concretizam a missão institucional de promover uma educação pública, democrática e de qualidade, em especial: o Cursinho Popular Maria Eloá, o Programa UFJ Para Todos e o Programa Princípio. Cada um, à sua maneira, evidencia valores e objetivos da instituição e beneficia diretamente aqueles que mais necessitam de apoio para ter acesso e uma trajetória sustentável no ensino superior.

Acrescenta-se que a Proece atua de forma integrada com outras unidades institucionais na implementação de políticas de acesso, inclusão e permanência estudantil. A estratégia de acesso ao ensino superior é fortalecida pela ação "Vem pra UFJ", pelo Cursinho Popular Maria Eloá e pelo projeto Descomplica SiSU. A Proece também favorece o acolhimento, a integração e o bem-estar estudantil por meio de ações específicas. Ademais, reconhece-se a importância dos projetos de extensão para a promoção da inclusão social e do desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

Espera-se que a ação de auditoria entregue subsídios técnicos e operacionais que aprimorem a governança e a gestão. A implementação das recomendações pode auxiliar os processos de identificação de possibilidades de aperfeiçoamento, com vistas à melhoria contínua dos resultados e da gestão. Ademais, espera-se fortalecer a transparência e estimular a tomada de decisão baseada em evidências.

De igual modo, espera-se o fortalecimento da democratização no ingresso, o aproveitamento mais eficiente das vagas autorizadas, o reforço da assistência estudantil e das práticas de prevenção e combate à evasão e, por conseguinte, maior permanência e êxito acadêmico.

ANEXO I - MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE AUDITADA E ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA

Apresentam-se as manifestações da unidade auditada quanto aos achados de auditoria e às propostas de recomendações formuladas preliminarmente, as quais foram encaminhadas por meio do Processo SEI 23854.008503/2025-44 (Manifestação 0507875 e Manifestação 0507905), bem como as análises da equipe de auditoria relativas a essas manifestações.

Após a análise das manifestações, um novo relatório preliminar foi elaborado, em razão de alterações substanciais nos achados e recomendações. Em seguida, o Gabinete da Reitoria apresentou documento de análise e propostas de encaminhamento sobre a segunda versão do relatório preliminar, por meio do Processo SEI 23854.009432/2025-05. Em síntese, a unidade auditada reconhece as situações apontadas pela auditoria, consolida-as em um dossiê de análise e encaminhamentos e propõe medidas de caráter colaborativo, com foco no fortalecimento da governança, da transparência e da viabilidade operacional, considerando as limitações de recursos existentes.

Achado nº 1 - Oportunidades de melhoria da transparência ativa de informações da assistência estudantil e na gestão transparente de informações da vida acadêmica

Manifestação da Unidade Auditada

Por meio da Manifestação 0507875, a Prae expôs as ações que a unidade executa a fim de promover a transparência ativa de informações de interesse estudantil, bem como de ações em andamento a fim de tratar as situações identificadas.

A unidade também manifestou:

“Inconsistência de Evidências: As informações consideradas na auditoria podem estar desatualizadas (até 2023), não refletindo as publicações e revisões implementadas em 2025.

“Interpretação Normativa: A Lei de Acesso à Informação (LAI) não exige formato específico, sendo o uso de múltiplos canais (site, SIGAA, redes sociais) suficiente para atender ao princípio da transparência ativa.”

Foi solicitada a reconsideração da recomendação 01, a unidade manifestou que “o site institucional é amplamente divulgado via instagram nos stories e posts no feed de notícias por meio de links, sobretudo quanto aos serviços ofertados e sobre a execução da PNAES.”

Foi solicitada a reconsideração da recomendação 02, a unidade manifestou que “são utilizados várias formas de comunicação para se atingir os discentes e a comunidade acadêmica, conforme pode ser apontado por meio de registro de chamados para divulgações de informações”

Foi solicitada a reconsideração da recomendação 03, a unidade manifestou que “os editais já estão publicados conforme sugeridos desde do dia 17/09/2025 e 03/10/2025, respectivamente em editais 8 e 9”.

Foi solicitada a reconsideração da recomendação 05, a unidade manifestou que “já se tem canais de feedbacks formais para discentes via formulários de serviços prestados tais como para restaurante universitário e cantinas, além de recebermos via e-mail institucional.”

Análise da equipe de auditoria

A equipe de auditoria reconhece o comprometimento da unidade com o fortalecimento da transparência ativa institucional, bem como a existência de ações para a promoção da transparência. Por essa razão, o achado apontou para a oportunidade de melhorias.

Quanto à indicação de inconsistências de evidências, a indicação de informações desatualizadas (até 2023) pela equipe de auditoria considerou datas de publicações do site institucional, no momento da análise, e, especificamente na seção “serviços ofertados”, a informação “Esses e outros editais de auxílio serão confirmados e publicados ao longo de 2023.”.

Além disso, o auxílio transporte foi descontinuado em razão da implantação do Passe Livre Estudantil em Jataí, apesar disso, na referida seção, ainda consta que “Atualmente a UFJ fornece o Auxílio Transporte para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica.”. Portanto, esta equipe de auditoria concluiu que existem pontos da transparência ativa que merecem aprimoramento, principalmente quanto às rotinas de atualização.

Ademais, a equipe de auditoria reforçou a necessidade de fortalecer o site institucional, tendo em vista que, para cumprimento da obrigatoriedade de divulgar, em local de fácil acesso, informações de interesse coletivo ou geral, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, **sendo obrigatória** a divulgação em sítios oficiais da internet. Assim, por meio da recomendação formulada, a equipe de auditoria espera fortalecer a divulgação de informações por meio do sítio oficial da instituição.

A recomendação 01 foi reajustada a fim de enfatizar que se trata da oportunidade de fortalecimento da transparência ativa, bem como para adequação às ações de tratamento já implementadas pela unidade e para englobar a recomendação 02. Assim, a recomendação 02 foi inserida na recomendação 01.

Quanto à recomendação 03, a equipe de auditoria verificou que, para os editais mencionados pela unidade, houve a divulgação de todos os arquivos relacionados na publicação inicial do procedimento seletivo. Assim, os documentos ficaram disponíveis em uma única publicação. No entanto, não se verificou a reorganização dos editais por semestre, modalidade de auxílio/bolsa ou outro critério de organização. Assim, a equipe de auditoria mantém a recomendação, com vistas a aprimorar a transparência dos processos seletivos da assistência estudantil.

Acerca da recomendação 05, tendo em vista que a Prae esclareceu que o e-mail já é efetivo para receber sugestões, questionamentos e demais manifestações dos discentes, a recomendação não foi estendida à referida unidade. Nesse sentido, a equipe orientou que a Prae fortalecesse os meios para ouvir os estudantes sobre os serviços que utilizam por meio de sua divulgação.

O objetivo é garantir que a percepção dos discentes seja coletada de maneira contínua e organizada, permitindo que a instituição conheça as principais dificuldades enfrentadas, receba sugestões e identifique pontos de melhoria. Esses dados podem então ser usados para monitorar a qualidade dos serviços, apoiar o planejamento e orientar ações que tornem o atendimento mais eficiente, transparente e alinhado às necessidades dos estudantes.

Manifestação da Unidade Auditada

Por meio da Manifestação 0507905, a Prograd apresentou a seguinte manifestação quanto à proposta de recomendação 04:

“Não acolhida: O guia do calouro é sistematicamente atualizado e divulgado pela Secom.”

Também foram apresentadas evidências de que a Prograd mantém a comunicação e divulgação de informações por meio do Sigaa, bem como por meio do portal institucional.

Análise da equipe de auditoria

Após esclarecimento da Prograd, tanto na Reunião de Busca Conjunta de Soluções quanto por meio de sua manifestação formal, ficou claro que a atualização e divulgação do guia do calouro não fazem parte das suas atribuições. Assim, a recomendação foi reformulada.

Ademais, a auditoria considera pertinente que a divulgação de informações relacionadas à vida acadêmica, neste caso, àquelas de competência de Prograd, seja fortalecida para aumentar o conhecimento e familiaridade dos discentes com esses assuntos, a fim de fomentar o sucesso acadêmico.

Manifestação da Unidade Auditada

Por meio da Manifestação 0507905, a Prograd apresentou a seguinte manifestação quanto à proposta de recomendação 05:

“Acolhida com ressalvas: O principal canal de comunicação institucional da Prograd com o corpo discente é o Sistema de Gestão Acadêmica, que vem sendo utilizado de forma adequada para o envio de informações relevantes aos estudantes. Os resultados dos editais são sistematicamente divulgados no site da Prograd e das unidades acadêmicas. Cabe destacar que a divulgação por e-mail institucional e outros meios de comunicação é realizado pela Secom, sendo realizada mediante solicitação da Prograd por GLPI, uma vez que esta não dispõe de equipe técnica dedicada para atuação direta nos canais institucionais de comunicação, função que está regulamentada e sob a competência da Secom.”

Análise da equipe de auditoria

A recomendação sugere a implantação de canais de comunicação ou procedimentos para ouvir e coletar *feedback* dos alunos quanto aos processos seletivos e serviços prestados, visando identificar pontos de melhoria. No entanto, não se trata de imposição rígida, a gestão tem liberdade para adotar as formas e os instrumentos mais adequados à sua realidade institucional, desde que sejam adequados e úteis e possibilitem a escuta e o aprimoramento contínuo.

Nesse sentido, também foi informado que a coleta da percepção dos discentes já vem sendo realizada, mesmo que ainda não esteja formalmente formalizada.

Assim, a recomendação foi reformulada para promover clareza sobre a flexibilidade quanto à forma de implementar a recomendação, desde que suficiente para sanar e/ou aperfeiçoar a situação encontrada.

Achado nº 2 - Oportunidade para ampliar os critérios de reserva de vagas (cotas) nos processos seletivos da UFJ e Achado nº 3 - Carência de diretrizes internas que regulamentem a oferta de vagas remanescentes

Manifestação da Unidade Auditada

Por meio da Manifestação 0507905, a Prograd apresentou a seguinte manifestação quanto às propostas de recomendações 06 e 07:

“Nota às recomendações 6 e 7: A Prograd tem mantido uma atuação ativa neste processo, notadamente por meio do Comitê de Ingresso, cuja presidência é exercida por esta Pró-Reitoria. Não obstante, e em consonância com as Recomendações 6 e 7 do presente Relatório, reconhecemos que a normatização e a implementação dos processos seletivos de ingresso são atribuições primárias e regimentais do Centro de Gestão Acadêmica, auxiliado pela Prograd. Ressaltamos que as minutas de política de ingresso, inclusão e remanejamento

de vagas estão em fase de apreciação, conforme Processos 23854.003412/2025-12 e 23854.005542/2025-90”

Análise da equipe de auditoria

Após a Reunião de Busca Conjunta de Soluções e a manifestação formal da Prograd, as recomendações foram reformuladas a fim de complementá-las com a indicação da possibilidade de articulação com as demais unidades envolvidas no processo.

Ademais, por mais que já estejam em andamento ações para tratar as situações encontradas, a recomendação se mantém, como um reforço da importância dessas políticas. Assim que elas forem apreciadas e aprovadas, a recomendação será atendida.

Achado nº 4 - Ações relevantes de monitoramento da retenção e oportunidade de melhoria do levantamento, análise e compartilhamento de informações sobre as causas da evasão

Manifestação da Unidade Auditada

Por meio da Manifestação 0507875, a Prae manifestou pela reconsideração da recomendação 11, informando que “as informações e fluxos são disponibilizados em página institucional em (<https://ufj.edu.br/tag/relatorio-integrado-de-gestao/>) e eles foram utilizados como critério de desempate no edital 09 (https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/463/o/_EDITAL_ALIMENTACAO_EMERGENCIA_3_L_%28Retroativo%29_assinado.pdf?1759492131) e <https://ccom.jatai.ufg.br/n/195224-edital-n-9-2025-prae-ufj-edital-de-chamada-internaprograma-de-alimentacao-saudavel-discentes-nao-bolsistas-do-restaurante-universita-rio>).

Análise da equipe de auditoria

A equipe de auditoria esclarece que a recomendação propõe que a Reitoria, a Prae e a Prograd estabeleçam um fluxo institucional e formal de comunicação e de governança de dados entre todas as unidades que atuam direta ou indiretamente na permanência estudantil e no sucesso acadêmico, como NDEs, NAI, CAAF, coordenações de curso e docentes.

O propósito é garantir que essas áreas trabalhem de forma articulada, compartilhando informações de maneira padronizada, confiável e no tempo adequado. Isso inclui definir quais dados devem ser coletados, como devem ser organizados, quais indicadores serão utilizados e qual é o papel de cada unidade e servidor nesse processo.

Com um fluxo estruturado, a instituição passa a ter uma visão mais completa e integrada das necessidades e dificuldades dos estudantes, o que fortalece a capacidade de analisar cenários, acompanhar resultados, planejar ações e aprimorar políticas e programas de permanência estudantil. Em síntese, trata-se de criar um mecanismo contínuo de comunicação e troca de dados entre as unidades administrativas que permita decisões mais assertivas e favoreça a melhoria contínua das estratégias institucionais.

Assim, a recomendação permanece inalterada.

Manifestação da Unidade Auditada

Por meio da Manifestação 0507905, a Prograd apresentou a seguinte manifestação quanto à proposta de recomendação 08:

“Acolhida com ressalvas: a Prograd reconhece plenamente o valor da recomendação apresentada e assume o compromisso de promover as políticas necessárias para a institucionalização e implantação de um processo robusto de prevenção à evasão estudantil até o ano de 2027. Ainda que já esteja em elaboração um plano de ação a ser coordenado pela Coordenação de Acompanhamento ao Discente e Nivelamento, ressaltamos, todavia, que o principal risco à efetivação desse processo reside na ausência de um sistema informatizado eficiente e integrado, fundamental para o monitoramento contínuo do desempenho acadêmico e das necessidades dos discentes. A superação dessa lacuna é estratégica para garantir maior agilidade na identificação de situações de risco e subsidiar ações preventivas de permanência, alinhando-se às melhores práticas de gestão universitária e recomendações técnicas recentes.”

A unidade também relatou iniciativas e ações que já estão em andamento para fortalecer a coleta e análise de dados sobre a evasão e retenção.

Análise da equipe de auditoria

A análise da equipe de auditoria reconhece que a manifestação da Prograd demonstra compromisso institucional com a melhoria contínua. Reconhece-se, também, que a ausência de um sistema informatizado eficiente e integrado, apontada como principal entrave, é de fato um fator crítico.

Apesar das limitações tecnológicas, é fundamental que a gestão avalie e utilize de forma estratégica as forças internas (como o engajamento das equipes e a experiência prévia em ações de acompanhamento discente) e as oportunidades externas (como cooperações institucionais) para avançar na compreensão das causas da evasão e fortalecer a tomada de decisão em políticas de permanência e apoio à trajetória acadêmica. Isso contribuirá não apenas para mitigar o impacto das fraquezas identificadas, mas também para potencializar resultados sustentáveis e inovadores quanto à retenção e evasão estudantil.

Assim, a recomendação permanece inalterada. Não obstante, tanto a sua implementação quanto o seu monitoramento devem considerar os fatores internos e externos relacionados à realidade institucional.

Manifestação da Unidade Auditada

Por meio da Manifestação 0507905, a Prograd apresentou a seguinte manifestação quanto à proposta de recomendação 09:

“Acolhida com ressalvas: A Prograd reconhece a relevância da recomendação e compromete-se a promover as políticas necessárias para a institucionalização e implantação do processo de monitoramento da retenção e do rendimento acadêmico até o ano de 2027. Ressalta-se que o principal risco para a efetivação desse processo está na carência de um sistema informatizado robusto, fundamental para auxiliar no acompanhamento eficiente do desempenho e das necessidades acadêmicas dos discentes. Soluções tecnológicas integradas, já adotadas em outras instituições, têm se mostrado essenciais para identificar riscos, subsidiar intervenções e garantir maior efetividade nas ações de permanência estudantil.”

Análise da equipe de auditoria

A análise da equipe de auditoria reconhece que a Prograd demonstra compromisso institucional com a melhoria contínua. A identificação precoce de situações de risco e a implementação de intervenções preventivas consistentes com as melhores práticas de gestão universitária são medidas que auxiliam o aperfeiçoamento dos processos.

Assim, a recomendação permanece inalterada.

Manifestação da Unidade Auditada

Por meio da Manifestação 0507905, a Prograd apresentou a seguinte manifestação quanto à proposta de recomendação 10:

“Acolhida: A Prograd reconhece a relevância da recomendação e compromete-se a promover as políticas necessárias para a institucionalização e implantação do processo de busca ativa e monitoramento de ex-alunos que não concluíram o curso de graduação até o ano de 2027. O fortalecimento desse acompanhamento permitirá identificar fatores que dificultaram a conclusão dos cursos, subsidiar ações de reintegração e aprimorar estratégias institucionais de permanência, alinhando-se às melhores práticas já adotadas por diversas instituições, como a implementação de sistemas, pesquisas periódicas e canais de contato específicos para evadidos. A não implementação de um sistema informatizado é um risco à efetivação da busca ativa e monitoramento.

Análise da equipe de auditoria

Reconhece-se o comprometimento da unidade com o fortalecimento dos processos de acompanhamento de ex-alunos com vistas a gerar informações gerenciais que subsidiem políticas de permanência e de combate à evasão.

Assim, a recomendação permanece inalterada.

Manifestação da Unidade Auditada

Por meio da Manifestação 0507905, a Prograd apresentou a seguinte manifestação quanto à proposta de recomendação 11:

“Acolhida: A PROGRAD reconhece a relevância da recomendação apresentada, especialmente quanto à necessidade de instituir um fluxo institucional e formal de comunicação e governança de dados entre todas as unidades envolvidas com a permanência estudantil e sucesso acadêmico. É mandatório o rápido início do processo de mapeamento dos fluxos de informações e indicadores atualmente existentes entre os setores estratégicos, como PROGRAD, PRAE, NDEs, NAI, CAAF, coordenações de curso e docentes. O objetivo deve ser identificar lacunas, sobreposições e a necessidade de padronização dos dados utilizados para subsidiar políticas e decisões acadêmicas.”

Análise da equipe de auditoria

A análise da equipe de auditoria considera que a resposta da unidade evidencia compreensão da necessidade de instituir um fluxo institucional e formal de comunicação e governança de dados entre as unidades envolvidas com a permanência estudantil e sucesso acadêmico, como recomendado. O compromisso com a modificação da situação encontrada demonstra alinhamento com práticas eficientes de gestão, especialmente na busca por padronização e confiabilidade das informações.

Assim, a recomendação permanece inalterada.

Achado nº 5 - Existência de acompanhamento e avaliação das ações de recepção com oportunidades de fortalecimento

Manifestação da Unidade Auditada

Por meio da Manifestação 0507875, a Prae apresentou informações sobre as ações de acolhimento realizadas em 2025, disponibilização de informações complementares via site institucional, Instagram e Guia do Calouro atualizado. Também informou sobre a divulgação de Formulário de Percepção Estudantil, que conteve apenas 24 respostas, cujos resultados influenciarão o planejamento para 2026.

Para atender aos discentes que não conseguiram acessar o conteúdo do Acolhimento Educacional Institucional, a Reitoria e a PRAE realizaram visitas aos acolhimentos específicos dos Institutos e Cursos na mesma semana.

Com o objetivo de envolver a comunidade acadêmica na construção do Acolhimento 2025, a PRAE realizou um chamamento para proposição de atividades, mediante preenchimento de formulário para registro de carga horária de extensão. A ação foi divulgada oficialmente pela PRAE, conforme publicação no Instagram.

Além disso, foram informadas ações que estão em andamento para aprimorar o acolhimento institucional, demonstrando o comprometimento da unidade com a melhoria contínua.

Análise da equipe de auditoria

Considerando as informações apresentadas, ratifica-se a conclusão da auditoria de que são realizadas ações de monitoramento e avaliação do acolhimento institucional. A recomendação 12 foi reformulada com o objetivo de apoiar as melhorias das ações em curso.

Ademais, a recomendação 13 foi retirada, tendo em vista que são realizadas, durante todo o ano letivo, iniciativas complementares de acolhimento e integração estudantil, as quais merecem o devido fortalecimento.

Manifestação da Unidade Auditada

Por meio da Manifestação 0507905, a Prograd apresentou a seguinte manifestação quanto à proposta de recomendação 12:

“Acolhida com ressalvas: As ações de acolhimento devem ser planejadas pela Prae. A Prograd participa efetivamente do acolhimento dos ingressantes tanto no evento institucional quanto nas atividades promovidas pelas Unidades Acadêmicas. Está em desenvolvimento o projeto de institucionalização de um sistema de Tutoria Acadêmica, voltado para implementação até o segundo semestre de 2026, que contará com a atuação integrada de docentes e discentes veteranos. A iniciativa tem como objetivo principal favorecer a adaptação dos novos alunos à comunidade universitária da UFJ, promovendo suporte acadêmico, integração social e orientação sobre a trajetória formativa e os serviços institucionais disponíveis, seguindo boas práticas adotadas nacionalmente.”

Análise da equipe de auditoria

Após o diálogo realizado na Reunião de Busca Conjunta de Soluções e a manifestação formal da unidade, a recomendação foi reformulada para esclarecer que as responsabilidades para a implementação das ações devem ser atribuídas considerando os limites das competências e atribuições de cada unidade administrativa envolvida.

A execução das ações caberá à gestão, de acordo com diretrizes institucionais, respeitando a autonomia e especificidade de cada setor, mas incentivando a articulação necessária para promover avanços consistentes em permanência estudantil.

Dessa forma, compete à gestão executar as ações de acordo com as diretrizes estabelecidas, garantindo que o fluxo institucional resguarde a autonomia e especificidade de

cada setor, promovendo, ao mesmo tempo, a articulação necessária para superar lacunas e fortalecer a governança de dados e comunicação.

Achado nº 6 - Oportunidade de revisão das diretrizes internas sobre a elaboração dos PPCs

Manifestação da Unidade Auditada

Por meio da Manifestação 0507905, a Prograd apresentou a seguinte manifestação quanto à proposta de recomendação 14:

“Acolhida com ressalvas: A Prograd reconhece a validade da recomendação, entretanto deve aguardar a divulgação do novo instrumento de avaliação externa do INEP para atualização da Normativa N. 01/2020 – R. A previsão de flexibilização dos PPCs consta no PDI 2023-2027 e certamente deve ter diretrizes claras e padronizadas na nova resolução para elaboração e alteração dos PPCs.”

Análise da equipe de auditoria

A equipe de auditoria compreende que a manifestação da Prograd evidencia reconhecimento quanto à necessidade de atualização da Instrução Normativa nº 01/2020 - R. A unidade auditada aponta como condicionante para atualização normativa a divulgação do novo instrumento de avaliação externa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o que revela cautela na adequação às normativas federais e alinhamento com os processos regulatórios do setor.

Assim, essa ressalva pode ser incluída em eventual plano de ação a fim de justificar o condicionamento ao fator externo, demonstrando o cuidado com a melhoria regulatória.

A recomendação permanece inalterada, sendo reconhecida a necessidade de aguardar a divulgação do novo instrumento de avaliação externa do INEP.

Achado nº 7 - Fragilidades na medição de resultados e avaliação sistêmica das ações assistenciais

Manifestação da Unidade Auditada

Por meio da Manifestação 0507875, a Prae destacou que são preenchidos semestralmente Relatórios de execução do SisPNAES a fim de demonstrar a medição de resultados e avaliação sistêmica das ações de assistência estudantil.

A Prae também informou que um painel de dados em parceria com a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento e SeTI, integrando informações orçamentárias, evasão e rendimento, está sendo desenvolvido.

A unidade manifestou-se pela reconsideração da recomendação 16, informando que “está sendo implementada, contudo, as informações são públicas do relatório integrado da gestão possuem dados de transparência pública e acessada pela comunidade acadêmica (disponível em <https://ufj.edu.br/tag/relatorio-integrado-de-gestao/>) quanto a resultados da política de assistência estudantil.”

A unidade manifestou-se pela reconsideração da recomendação 17, que trata de fortalecer e ampliar os mecanismos de pesquisa de satisfação ou avaliação, informando que “foi justificada no achado 1 em sua recomendação 5”.

Análise da equipe de auditoria

O relatório do SisPNAES apresenta dados orçamentários e financeiros, distribuição por programa, detalhamento por tipo de benefício, perfil dos beneficiários, beneficiários indiretos e distribuição temporal dos repasses. Apesar disso, após analisar os relatórios do SisPNAES, cita-se o entendimento exarado pela equipe de auditoria do TCU no trabalho que avaliou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES):

O SisPNAES, sistema concebido para a gestão nacional do PNAES, não está implementado ainda e tem uma natureza mais operacional (o mapeamento dos processos foi juntado na peça 42). A equipe entende que o sistema, em seu desenho atual, não permitirá extrair dados para avaliação do programa, em especial no que tange a índices de evasão e de retenção, indicadores comumente utilizados em algumas avaliações e cuja melhoria está expressamente definida nos objetivos estabelecidos no art. 4º do Decreto 7.234/2010.

Assim, infere-se que o relatório emitido pelo sistema tem limitações importantes quanto à sua capacidade de medição de resultados e avaliação sistêmica das ações assistenciais. Ou seja, apesar de planejado para monitorar, a efetividade na **avaliação de impacto** ainda é questionada. Há desafios na sua implementação que podem comprometer a capacidade de usar esse sistema para avaliação robusta, especialmente na extração de indicadores-chave como retenção e evasão, que são indicadores muito relevantes para medir o sucesso da assistência estudantil.

Nesse sentido, a auditoria busca apoiar que a instituição desenvolva instrumentos próprios de mensuração com indicadores, incluindo análise e comparação de desempenho acadêmico, retenção, evasão e aplicação de instrumentos de percepção estudantil. O desenvolvimento do painel mencionado pela unidade demonstra o seu comprometimento com o tratamento da situação encontrada. Assim que estiver finalizado, poderá ser indicado pela unidade a fim de demonstrar as ações implementadas para aprimorar as situações identificadas.

Ademais, quanto à recomendação 16, que tratava da divulgação de informações sobre a implementação e resultados da política de assistência estudantil, a equipe de auditoria entende que a recomendação pode ser contemplada pela divulgação por meio do Relatório Integrado de Gestão. Não obstante, sugere-se que, neste caso, a Prae informe em seu site institucional onde essas informações podem ser acessadas. Além disso, é importante que a divulgação inclua o conjunto de indicadores e os mecanismos sistêmicos de monitoramento e avaliação utilizados na execução e nos resultados das ações de assistência estudantil, assegurando a utilização de dados desagregados para permitir análises mais precisas e equitativas.

Quanto à recomendação 17, que tratava do fortalecimento e ampliação dos mecanismos de pesquisa de satisfação ou avaliação, a equipe entende que, de fato, sua essência está inserida no âmbito do achado 1. Assim, a recomendação 17 foi retirada.

Achado nº 8 - Carência de gerenciamento de riscos relacionados aos objetivos do PNAES

Manifestação da Unidade Auditada

Por meio da Manifestação 0507875, a Prae solicitou a reconsideração da recomendação 18, informando que “o gerenciamento de risco para cantinas e restaurante universitário não são realizados apenas como parte da etapa do processo licitatório”. Também foi informada a realização de cursos sobre o assunto.

Análise da equipe de auditoria

Em razão do gerenciamento de riscos realizado no âmbito dos serviços prestados pela cantina e restaurante universitário, a descrição do achado de auditoria foi ajustada. A equipe de auditoria entende que, nesse caso, há oportunidade para ampliar e fortalecer a abordagem para os demais processos de trabalho e planejamento da unidade, a fim de amparar o alcance dos objetivos da assistência estudantil e da unidade.

Assim, a recomendação também foi ajustada.

Achado nº 10 - Oportunidade de melhoria da definição e revisão periódica dos critérios de seleção de beneficiários da assistência estudantil

Manifestação da Unidade Auditada

Por meio da Manifestação 0507875, a PRAE informou que os critérios foram estabelecidos pela Resolução 016/2025, com revisão anual prevista, e que há minuta de resolução interna em elaboração para reavaliação de pesos socioeconômicos. Informou também que estão em andamento a revisão dos critérios com base na nova Lei do PNAES (14.914/2024) e previsão de conclusão pelo GT de Regulamentação para julho/2026.

A unidade também manifestou que a ausência de revisão no momento da auditoria deve-se ao calendário anual fixo, não constituindo falha de controle.

A unidade manifestou pela reconsideração da recomendação 22, informando que “para o edital 4 (https://www.instagram.com/p/DMG3KQLMPJi/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==) já foram utilizados o estudo do perfil socioeconômico realizado no momento da matrícula bem como lista de cadastro de reserva de editais anteriores conforme pode ser constatado em (<https://ccom.jatai.ufg.br/n/183623-bolsas-e-auxilios-de-assistencia-estudantil-alimentacao-incentivo-pedagogico-moradia-transporte-e-creche-edital-04-2024>).”

A unidade também informou que “ainda que nos editais 05 e 06 (<https://ccom.jatai.ufg.br/n/193027-edital-de-chamada-interna-programa-de-apoio-a-integracao-cultura-esporte-e-lazer>; <https://ccom.jatai.ufg.br/n/193380-edital-06-2025-de-chamada-interna-programa-de-apoio-a-integracao-cultura-esporte-e-lazer>) são considerados outros fatores para vulnerabilidade social ou como critérios de seleção tais como: 7.2 Para fins de elegibilidade o/a estudante deve (artigos 6º e 7º da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 11 2024): I - ser egresso da rede pública de educação básica; II - ser egresso da rede privada na condição de bolsista integral na educação básica. E para fins de ranqueamento a pontuação será analisada no que couber ao caso da solicitação: Desempenho acadêmico da/o candidato por meio da média global; Desempenho esportivo no JUGs ou JUBs; Desempenho extensionista – participações em projetos de extensão.”.

A unidade, por fim, manifestou que “A PRAE/UFJ reconhece o mérito e a relevância do trabalho realizado pela Auditoria Interna, reafirmando seu compromisso com a melhoria contínua e a transparência. No entanto, ressalta que: Parte dos achados baseia-se em informações desatualizadas, não refletindo o estágio atual de implementação das ações; Identificam-se fragilidades metodológicas na amostragem e na triangulação de dados, impactando a materialidade de algumas conclusões; A gestão mantém postura proativa e colaborativa, com maturidade de governança e comprometimento com a integridade das políticas estudantis.”.

Análise da equipe de auditoria

A Política de Assistência Estudantil dispõe, em seu art. 21, que os critérios e indicadores gerais que orientam as análises socioeconômicas devem ser definidos em regulamentação própria e detalhados nos editais de cada modalidade. O art. 31 atribui à PRAE a responsabilidade de estabelecer e aprimorar tais critérios, procedimentos e editais.

Assim, não se constatou previsão explícita dos critérios na resolução vigente, sendo as definições realizadas por edital de forma pontual a cada ciclo. Embora isso não constitua nenhuma irregularidade, evidencia-se a oportunidade de explorar a autonomia da instituição para definir requisitos **suplementares (complementares)**, além dos requisitos mínimos previstos em lei, para a seleção de beneficiários, a fim de identificar e alcançar outros fatores de vulnerabilidade social.

A subutilização de critérios complementares pode dificultar a identificação e o alcance de estudantes em diferentes situações de vulnerabilidade, comprometendo os objetivos do PNAES relacionados à permanência, redução de desigualdades e conclusão dos cursos. Nesse cenário, reforça-se a importância de institucionalizar o levantamento e a análise do perfil socioeconômico e demográfico da comunidade estudantil, a fim de subsidiar ajustes contínuos e mais responsivos aos critérios de seleção.

A sugestão foi de que o processo de revisão conte com a participação efetiva de estudantes na definição e na revisão periódica dos critérios, utilização sistemática de pesquisas e estudos do perfil socioeconômico dos discentes para subsidiar decisões, integração de outros fatores de vulnerabilidade social como critérios de seleção **complementares**, conforme a realidade local, não deixando de observar os requisitos mínimos estabelecidos pela lei.

Quanto aos editais de apoio à integração, cultura, esporte e lazer, os itens I e II dos mencionados constituem alguns dos requisitos mínimos previstos na Lei nº 14.914/2024 para a elegibilidade de estudantes. Os critérios de ranqueamento citados nos editais (média global, desempenho esportivo, participação em extensão), no entendimento desta equipe, não refletem situações de vulnerabilidade social. São critérios de mérito ou desempenho, não relacionados diretamente às desigualdades socioeconômicas que fundamentam a assistência estudantil.

Ademais, a equipe de auditoria não concluiu que a revisão dos critérios deixou de ser realizada, mas sim que, nas situações analisadas, os critérios permaneceram estáticos ao longo dos editais, não sendo identificada a exploração de critérios adicionais ou complementares capazes de contemplar outras dimensões de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, o achado evidencia uma oportunidade de melhoria no processo de revisão dos critérios. Assim, a recomendação não trata de ausência de revisão, mas da necessidade de fortalecer e aprimorar o processo para que ele se torne mais dinâmico, participativo e orientado por dados socioeconômicos, garantindo maior efetividade e aderência à finalidade da assistência estudantil.

Nesse sentido, a descrição sumária do achado foi reformulada para promover maior clareza da visão geral sobre o seu conteúdo. A recomendação 22 também foi reformulada para aumentar a clareza sobre a ação proposta e sua finalidade.

Ademais, a recomendação 23 foi retirada após discussão sobre seu potencial para agregar valor. Nesse sentido, a Unidade Auditada manifestou que a política de assistência estudantil, os editais e as portarias expedidas sobre valores de auxílios e bolsas, atendimento emergencial estudantil e as modalidades de atendimentos diretos e indiretos cumprem o benefício proposto pela equipe de auditoria.

Manifestação da Unidade Auditada

Por meio da Manifestação 0507905, a Prograd apresentou a seguinte manifestação quanto à proposta de recomendação 24:

“Acolhida com ressalvas: A Prograd destaca que estão previstas ações como a revisão e a atualização dos instrumentos de coleta de dados sobre o perfil socioeconômico e demográfico, que deverá ser aplicada pelo CGA no momento da matrícula dos ingressantes e adicionado ao Sistema de gestão acadêmica no início do semestre de forma a ampliar a periodicidade e o alcance da pesquisa. Ressalta-se que ano de 2025, o número de ingressantes matriculados nos cursos de graduação da UFJ foi de 871 e o número de respondentes do questionário foi de 618 ingressantes, perfazendo um percentual 70,95% de respondentes, garantindo amostragem representativa de todas as unidades e segmentos estudantis, por meio de questionários online e presenciais quando necessário. Entretanto, a Prograd entende que o acompanhamento deve ser realizado pela Prae, CAAF e NAI.”

Análise da equipe de auditoria

Após a manifestação formal da unidade, a recomendação foi reformulada para esclarecer que as responsabilidades para a implementação das ações devem ser atribuídas considerando os limites das competências e atribuições de cada unidade administrativa envolvida.

Dessa forma, compete à gestão executar as ações de acordo com a autonomia e especificidade de cada setor, promovendo, ao mesmo tempo, a articulação necessária para superar lacunas e fortalecer o diagnóstico do perfil dos alunos da graduação.

Achado nº 11 - Práticas de gestão e governança do Programa de Monitoria com aspectos positivos e com oportunidades de fortalecimento

Manifestação da Unidade Auditada

Por meio da Manifestação 0507905, a Prograd apresentou a seguinte manifestação quanto às propostas de recomendações 25 e 26, respectivamente:

“Acolhida: A Prograd reconhece a importância da capacitação dos monitores antes do início das atividades, que deverá ser realizada pela comissão de monitoria, presidida pela coordenação de monitoria da Prograd, no início de cada semestre. Há também a previsão da elaboração de capacitação on-line.

Acolhida: A Prograd reconhece a relevância da recomendação e compromete-se a promover as políticas necessárias para a institucionalização e implantação do processo de monitoramento do Programa de monitoria até o ano de 2027. Dentro do plano de ação da Coordenação de Mobilidade Acadêmica, Monitoria e Projeto está previsto a implementação de questionários a monitores, professores, coordenadores de monitoria e a seus usuários ainda no ano de 2025, no término do segundo semestre letivo. Em relação ao fortalecimento da definição de indicadores e mecanismos AVA relacionados ao programa, ressalta-se que o principal risco para a efetivação desse processo está na carência de um sistema informatizado robusto, fundamental para auxiliar no acompanhamento eficiente do desempenho das atividades de monitoria.”

Análise da equipe de auditoria

A equipe de auditoria reconhece o comprometimento da gestão com a melhoria de seus processos e resultados, bem como os fatores que podem comprometer a eficácia das ações necessárias ao aperfeiçoamento da situação encontrada.

Ademais, as recomendações permanecem inalteradas.